

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS:
OS EFEITOS DO PAA E DO PNAE NA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA
RITA, MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS MARDONES GAIÃO

**Mariana
DECEG/ICSA/UFOP
2017**

LUCAS MARDONES GAIÃO

**AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS:
OS EFEITOS DO PAA E DO PNAE NA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA
RITA, MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos para a obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Marisa Alice Singulano
Alves

Mariana
DECEG/ICSA/UFOP
2017

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

G137a Gaião, Lucas Mardones

Agricultura Familiar e Políticas Públicas [recurso eletrônico] : os efeitos do PAA e do PNAE na comunidade de Piedade de Santa Rita, Município de Ouro Preto/MG / Lucas Mardones Gaião.-Mariana, MG, 2017.

1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Economia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil) - \$v Teses.. 2. Agricultura familiar - Teses. 3. MEM. 4. Políticas públicas sociais - Teses. 5. Monografia. I.Alves, Marisa Alice Singulano. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 330.567.22

: 15

: 1419432

Lucas Mardones Gaião

Curso de Ciências Econômicas - UFOP

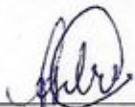
AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS EFEITOS DO
PAA E DO PNAE NA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA RITA,
MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG.

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de
Ouro Preto como requisito para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob
orientação da Profa. Dra. Marisa Alice Singulano.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Marisa Alice Singulano (Orientadora)



Profa. Dra. Fernanda Faria Silva



Prof. Me. Rafael Santiago Mendes

Mariana, 29 de setembro de 2017.

**“O homem somente terá saúde se os alimentos possuírem energia vital.
Os alimentos somente possuem energia vital se as plantas forem saudáveis.
As plantas somente serão saudáveis se o solo for saudável.”**

Solo sadio → Planta sadia → Homem sadio

Ana Primavesi

“A base de toda a vida e de toda produção vegetal em nosso globo é o solo. Um solo sadio mantém as plantas sadias e plantas sadias fornecem uma alimentação sadia, que mantém os seres humanos física e mentalmente sadios. E pessoas sadias, com um espírito sadio, não destroem sua base vital e o ambiente em que vivem, mas o conservam. Não somente cuidam de seus solos e do meio ambiente, mas também de seus próximos, criando bem-estar e paz.”

Ana Primavesi

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos, a Marisa pelas orientações e apoio, aos professores, aos técnicos, aos funcionários e aos alunos deste curso e da UFOP como um todo, que contribuíram de diversas formas na minha formação e trajetória de estudos.

Agradeço aos moradores de Piedade de Santa Rita, pelo carinho e generosidade com os quais me receberam em sua comunidade, pelas conversas, ajudas, trocas e ensinamentos. A união, a cooperação e a simplicidade que pude notar em vocês me inspiram.

Em especial, gostaria de agradecer a minha esposa Daniela, pelo seu amor, apoio, compreensão e paciência demonstrados durante a nossa trajetória conjunta e durante a realização da graduação, que foram essenciais para o meu processo de aprendizagem, de compreensão sobre a vida e de desenvolvimento como indivíduo, sem os quais não estaria concluindo o curso de maneira tão satisfatória e proveitosa. Agradeço também a minha família, Paulo, Octavia e Luiza, que me amam, acompanham, apoiam, incentivam e ensinam desde os primeiros dias de vida e foram fundamentais para chegar onde estou.

Vocês me ensinaram o mais importante, a amar e a viver!

RESUMO

O reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social, econômica e política, assim como o recente avanço das políticas de compras governamentais, no caso estudado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), proporcionaram oportunidades de acesso ao mercado institucional para cooperativas e associações de agricultores familiares no Brasil. Nesta pesquisa, foi organizado um panorama da agricultura familiar no Brasil. Tendo como principal objetivo analisar como as políticas públicas PAA e PNAE influenciaram na renda e na qualidade de vida dos agricultores da Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFAPRE), localizada em Piedade de Santa Rita, subdistrito de Ouro Preto, Minas Gerais. A discussão se justifica pela relevância da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico rural, afetando a geração de emprego e renda e a permanência das pessoas no campo, além da preocupação com a segurança alimentar e nutricional da sociedade e o recente fomento, entre os agricultores familiares, de práticas ecológicas de cultivo e conservação dos solos. Neste estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros que participam ativamente da AAFAPRE, também foram coletados dados na Associação e na EMATER de Ouro Preto. Através da análise qualitativa realizada nesta pesquisa, constatou-se que o PAA e o PNAE foram parte essencial do forte desenvolvimento socioeconômico e ambiental pelo qual a comunidade de Piedade está passando.

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, mercado institucional, desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The recognition of family agriculture as a social, economic and political category, as well as the recent advance of government purchases policies, in the studied case the National School Feeding Program (PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA), provided opportunities to access the institutional market for cooperatives and associations of family farmers in Brazil. In this research, a panorama of family farming in Brazil was organized. The main objective of this study is to analyze how the public policies PAA and PNAE influenced the income and quality of life of the farmers of the Association of Family Farmers of Piedade and the Region (AAFAPRE) located in Piedade de Santa Rita, sub-district of Ouro Preto, Minas Gerais . The discussion is justified by the importance of family farming in rural socio-economic development, affecting the generation of employment and income and the permanence of people in the field, as well as concern for food and nutritional security of society and the recent development among family farmers, of ecological cultivation practices and soil conservation. In this studied case, we conducted semi-structured interviews with members who participated actively in AAFAPRE, as well as data collected in the association and EMATER of Ouro Preto. Through the qualitative analysis carried out in this research, it was verified that the PAA and the PNAE were an essential part of the strong socioeconomic and environmental development that the Piedade community is going through.

Keywords: family agriculture, public policies, Food Acquisition Program, National School Feeding Program, institutional market, rural development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFAPRE - Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região
CAE - Conselho de Alimentação Escolar
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CoDAF - Competências Digitais para Agricultura Familiar
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAN - Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FISI - Fundo Internacional de Socorro à Infância
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GGPAA - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INN - Instituto Nacional de Nutrição
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Provap - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RU - Restaurante Universitário
SAF - Secretaria da Agricultura Familiar
SEED - Secretaria de Educação a Distância
SFCI - Secretaria Federal de Controle Interno
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU - Tribunal de Contas da União

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO - Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Número de pessoas que exercem atividade no campo - CoDAF da UNESP/Tupã, com base no Censo Agropecuário de 2006.

Gráfico 2: Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários - CoDAF da UNESP/Tupã, com base no Censo Agropecuário de 2006.

Gráfico 3: Volume total de vendas da AAFAPRE entre os anos de 2013 a 2017 - Elaboração do autor com base nos dados fornecidos pela EMATER de Ouro Preto.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Repasses totais do PNAE para o município de Ouro Preto durante os anos de 2013 a 2017 - Elaborado pelo autor com base nos dados consultados no site do FNDE.

Lista de Anexos

Anexo 1: Roteiro de entrevista para os agricultores associados à AAFAPRE.

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue aos entrevistados.

Anexo 3: Folha de rosto do projeto de pesquisa, com a autorização e comprometimento da orientadora e do chefe do Departamento de Ciências Sociais.

Anexo 4: Cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil, com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP (CEP/UFOP).

Anexo 5: TCLE assinado pelo entrevistado Ricardo César da Silva.

Anexo 6: TCLE assinado pelo entrevistado Carlos Flaviano Batista.

Anexo 7: TCLE assinado pelo entrevistado Tobias Julião Martins.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	11
2 - OBJETIVOS	13
2.1 - Objetivo Geral	13
2.2 - Objetivos Específicos	13
3 - METODOLOGIA	14
4 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
4.1 - A agricultura familiar no Brasil	16
4.1.1 - História da agricultura no Brasil	17
4.1.2 - O surgimento do termo agricultura familiar no Brasil	19
4.1.3 - A agricultura familiar brasileira atualmente	22
4.2 - Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar	25
4.2.1 - Políticas públicas de acesso a mercados institucionais	26
4.2.1.1 - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	27
4.2.1.2 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	29
4.3 - A Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região	32
4.3.1 - Santa Rita de Ouro Preto, MG.	34
5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5.1 - Benefícios obtidos em virtude do acesso ao PNAE e ao PAA	39
5.2 - PAA E PNAE: Dificuldades, Sugestões e Conclusões	50
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
7 - REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	64-74

1 - INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, buscou-se compreender o potencial de desenvolvimento, de integração com o meio ambiente e de cooperação social das comunidades rurais quando alcançam o acesso às políticas públicas de fomento da agricultura familiar e o mercado institucional. Para tal, foi realizado um estudo de caso por meio do qual pretendeu-se conhecer, vivenciar e analisar a comunidade de Piedade de Santa Rita, parte do município de Ouro Preto. A região é reconhecida por suas belas paisagens, terras férteis e abundância de nascentes. Apesar da distância de quase 50 quilômetros que a separa da sede do município, nesta região foi organizada a Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região, responsável por fornecer mais de 70 toneladas de alimentos ao ano, contribuindo com a segurança alimentar dos alunos das 9 escolas estaduais, das 52 escolas e creches municipais, além da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Ouro Preto.

Na comunidade, é visível e impressionante a união entre os seus moradores, a animação e alegria das suas crianças, jovens e entre os mais velhos. Nos gestos e conversas dos momentos de descontração, foi possível apreender grandes ensinamentos e reconhecer as atitudes sinceras e bondosas dos moradores. Desta forma, foi percebido que a maior riqueza dessas pessoas era a sua generosidade, simplicidade, entusiasmo, felicidade e, sobretudo, cooperação. Foi a cooperação social alcançada pelos membros da comunidade, que tinham como núcleo a Associação, que promoveu o desenvolvimento e as transformações ocorridas na região.

Nas últimas duas décadas, conseguiram acessar as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, fornecer uma grande quantidade de alimentos de qualidade para o mercado institucional e desenvolver a região. Para isso, contaram com o apoio institucional da EMATER de Ouro Preto, que prestou assessoria técnica e capacitação aos agricultores, da Secretaria de Agropecuária e da Prefeitura de Ouro Preto, que forneceram recursos para a construção da agroindústria de açúcar mascavo e rapadura, um caminhão, uma caminhonete e o empréstimo de outros equipamentos, além do apoio da UFOP. Ou seja, a partir da organização e do esforço das famílias agricultoras, do apoio institucional recebido e o decorrente acesso ao PNAE e PAA, foi possível a comercialização para as escolas estaduais, entidades municipais e, recentemente, para o Restaurante Universitário (RU) da UFOP.

Assim, houve a geração de renda e de oportunidades para as pessoas permanecerem no campo, motivando a cooperação social e o desenvolvimento da região.

Geralmente, o município de Ouro Preto não é reconhecido como uma região com potencial agrícola, por ser caracterizado como uma área montanhosa e estar localizado na Serra do Espinhaço Meridional, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais (Quadrilátero Ferrífero). Apesar disso, a maior área do município é rural e o distrito de Santa Rita é um exemplo nítido da capacidade agrícola do território. Porém, tendo em vista as características do relevo da região e a área considerável de preservação da fauna e flora do território, que possui relevância mundial por integrar a área de Reserva da Biosfera reconhecida pela UNESCO, é de extrema importância que seja praticada uma agricultura sustentável, no sentido de abranger a prudência ecológica, a viabilidade econômica e o respeito à igualdade social. Desta forma, ocorrerá o desenvolvimento que conduz à valorização das pessoas e do ambiente natural (Melo, 2014).

É notável em Piedade de Santa Rita as hortas e pomares dos seus moradores. Nos quintais da região são cultivadas diversas espécies de plantas úteis. Ainda nesta área, perpetua-se um modo de vida onde as relações entre os membros da comunidade são intensas. Como explicado por Melo (2014), essas tradições contribuem para o estreitamento de laços ao promover a troca de frutas, hortaliças, mudas de plantas, sementes, plantas medicinais, além de gerar a troca e continuidade de informações sobre os seus usos e significados. Conseqüentemente, favorecem a preservação das tradições e da cultura local, além de disseminar espécies tradicionais, colaborando para a conservação da agrobiodiversidade. Ademais, são ambientes propícios para introduzir às crianças e jovens diversos aspectos do conhecimento e da interação com a natureza, compreendendo e analisando os ecossistemas, possibilitando uma abordagem que considerem a cultura e a história da região e promovam a sucessão rural (Amorozo, 2010, apud Melo, 2014). É importante que o desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural estejam interligados e em harmonia, integrando as sociedades humanas e a natureza, respeitando a diversidade e valorizando a vida acima de tudo (Melo, 2014).

Desta forma, fica evidente a necessidade de se fomentar a agricultura familiar e as práticas agroecológicas. Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas que visam fortalecer e promover as famílias agricultoras sejam praticadas e incentivadas. Em especial as de acesso ao mercado institucional, como o PAA e o PNAE, por sua capacidade em estimular

as potencialidades da agricultura familiar e incluir socialmente esse importante setor. Além de garantir a funcionalidade desses programas, é necessário estar constantemente refletindo e aperfeiçoando essas políticas. Nesse sentido se coloca a importância de estudos como este, que pretendeu analisar e refletir sobre o PAA e o PNAE, com base na sua influência sobre a realidade de uma comunidade rural que, a partir da sua organização social, conseguiu acessar os programas e vivenciar os benefícios que podem ser proporcionados pelos mesmos.

2 - OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral

Analisar os efeitos socioeconômicos, em termos de geração de renda e qualidade de vida, e ambientais decorrentes do acesso ao mercado institucional, através do PNAE e do PAA, para os agricultores familiares da AAFAPRE, município de Ouro Preto, MG.

2.2 - Objetivos Específicos

- Levantar informações socioeconômicas dos agricultores familiares associados à AAFAPRE por meio de cadastros e bancos de dados de organizações locais como a EMATER, prefeitura e a própria Associação.
- Realizar o levantamento de dados referente às vendas da AAFAPRE para o PNAE e o PAA junto à EMATER de Ouro Preto, à própria Associação e seus membros por meio de pesquisa de campo.
- Avaliar as mudanças na qualidade de vida dos agricultores familiares da AAFAPRE, decorrentes da sua participação no PNAE e PAA, em uma dimensão qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com os membros que participam ativamente da Associação e de pesquisas de campo.
- Analisar os efeitos da interação entre a UFOP e os agricultores familiares de Piedade de Santa Rita, motivados pelo fornecimento de gêneros alimentícios ao Restaurante

Universitário, através do PAA, considerando o impacto sobre a renda das famílias bem como aspectos relacionados à qualidade de vida das mesmas, por meio de dados secundários fornecidos por organizações locais e por meio de dados da pesquisa de campo.

- Avaliar possíveis consequências da participação dos membros da AAFAPRE nos programas de compras institucionais para as condições socioambientais locais, considerando o fomento de práticas ecológicas de cultivo e de conservação do solo, e para o desenvolvimento rural.

3 - METODOLOGIA

A abordagem adotada neste trabalho foi qualitativa, com a finalidade de levar a pesquisa a uma análise ampla dos contextos sociais e captar os efeitos do acesso ao mercado institucional nas condições socioeconômicas e na qualidade de vida dos agricultores familiares de Piedade de Santa Rita.

Segundo Valladares (2007), a abordagem qualitativa possibilita conduzir as pesquisas a uma análise ampla dos contextos sociais, ajudando na construção necessária para a interpretação dos dados coletados em campo. Os dados quantitativos foram utilizados para complementar os dados qualitativos e auxiliar na conclusão e análise dos resultados.

Uma das formas de pesquisa qualitativa é o estudo de caso que, segundo Lüdtkke e André (1986), deve ser aplicado quando o trabalho de interesse do pesquisador é uma situação singular, cujas características procura-se descobrir. Neste tipo de estudo, é destacada uma situação e sua conseqüente interpretação, buscando desvendar completamente uma realidade e, para isso, faz-se necessária a abundância de informações. Lüdke e André (1986) segundo Peres e Santos (2005), afirmam que no relato de estudo de caso deve ser dada preferência ao uso de uma linguagem mais acessível do que a usualmente utilizada em outros tipos de relatos de pesquisa, pois a redação direta e objetiva pode facilitar o trabalho do pesquisador de reunir de forma coerente um grande volume de informações. Esta característica constitui uma vantagem ao possibilitar a divulgação e troca de informações com os próprios sujeitos da pesquisa - em nosso caso, os agricultores familiares de Piedade de Santa Rita -, permitindo, portanto, a construção do conhecimento de forma dialógica.

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, pois visa uma análise com profundidade e detalhamento do objeto de estudo, permitindo, assim, um amplo conhecimento dos efeitos na qualidade de vida dos associados, advindos do acesso ao PNAE e PAA, a partir da perspectiva dos próprios agricultores familiares.

Para tanto, realizou-se pesquisa de campo na comunidade, onde foram levantados os dados por meio de observação participante e de entrevistas, utilizando roteiro semiestruturado, com os agricultores familiares que participam da Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFAPRE). A pesquisa de campo foi realizada durante diversas visitas à comunidade entre os meses de abril e setembro e do acompanhamento da organização do 2º Festival da Terra de Piedade de Santa Rita, evento que será realizado de 9 a 14 de outubro de 2017 pelos moradores da comunidade em parceria com a UFOP.

Foram realizadas três entrevistas com associados da AAFAPRE, os membros entrevistados foram selecionados com o auxílio do presidente e dos demais organizadores da Associação com base no grau e no tempo de participação na AAFAPRE e na efetividade de participação nas vendas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O número reduzido de entrevistas foi devido à dificuldade de transporte, ao tempo de espera para a aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa da UFOP (CEP/UFOP) e ao prazo curto estabelecido para a conclusão da pesquisa, podendo ser ampliadas em estudos futuros visando obter uma perspectiva mais abrangente das famílias agricultoras. Além disso, foram coletados dados referentes às vendas junto à Associação e à EMATER de Ouro Preto.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas parcial ou totalmente. Os trabalhos de campo foram registrados em um diário de campo e em fotografias. Esse material foi examinado por meio da análise qualitativa de conteúdo. Além disso, as informações quantitativas, de caráter secundário, referentes às vendas da AAFAPRE para o mercado institucional, foram organizadas em planilha e gráficos, de modo a permitir sua análise e avaliação.

De modo a contextualizar os dados locais, foi feita uma revisão da literatura que aborda a conceituação da agricultura familiar e sua situação no Brasil, bem como as políticas públicas que visam o fortalecimento desta categoria. Além disso, utilizou-se dados oriundos do 10º Censo Agropecuário realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

4.1 - A agricultura familiar no Brasil

Para autores como Lunardi e Santos (2000), como citado por Silva et al (2016), o uso do termo agricultura familiar, com o intuito de caracterizar um segmento produtivo e social da sociedade rural, surge no Brasil a partir da década de 1990, embora muitos outros termos já tenham sido utilizados para caracterizar esse mesmo setor, como: agricultura de subsistência, produção camponesa, pequenos produtores e produtores familiares. Recentemente, a agricultura familiar tem sido amplamente discutida em diversos meios, devido à sua importância social, econômica e ambiental. Embora o seu destaque nos meios político e acadêmico seja recente, a agricultura de subsistência faz parte das atividades produtivas praticadas no território brasileiro desde o início do seu processo de ocupação. Apesar da sua relevância, foi historicamente excluída das políticas públicas, que sempre priorizaram as grandes propriedades monocultoras de produtos destinados à exportação (Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014).

Diversos autores exploraram e descreveram a importância da agricultura familiar, alguns dos quais foram citados neste estudo. Dentre eles, as análises feitas por pesquisadores como Schneider (2013) e Sabourin (2005), nas quais foram concluídas que o um grande valor desse setor está ligada à multifuncionalidade da agricultura familiar e do espaço rural, sendo esta multifuncionalidade interpretada como a capacidade de exercerem funções produtivas e sociais em diversas áreas (como cultivo, produção de processados e manufaturados, empreendedorismo, trabalhos assalariados, organizações sociais, dentre outros). Como descrito por Olalde (2013), citada por Sachs e mencionado por Melo (2014), além da contribuição à agricultura nacional, este setor pode oferecer bens tangíveis e intangíveis, como geração de renda, desenvolvimento de sistemas agrícolas que respeitem e cooperem com a natureza, serviços ambientais e a contribuição à aspirações da sociedade, como a saúde coletiva, a segurança alimentar, a preservação da paisagem e da cultura local.

4.1.1 - História da agricultura no Brasil

Historicamente, a agricultura é parte essencial da economia nacional e, portanto, influenciou fortemente a cultura, as instituições e as políticas públicas brasileiras. No estudo da formação econômica do Brasil, autores como Celso Furtado e Caio Prado Júnior relacionam problemas socioeconômicos atuais, como a concentração de terras, que é muito presente no meio rural, com suas raízes na colonização de exploração do território.

A primeira produção agrícola destinada à exportação em terras brasileiras foi o cultivo da cana-de-açúcar, tendo sido a solução econômica encontrada por Portugal, que viabilizou a ocupação e a defesa do território recém descoberto (Furtado, 2005). Trata-se de uma cultura de importância até os dias de hoje. Desde a instalação dos primeiros engenhos de açúcar, a atividade já era caracterizada pelo latifúndio (propriedade da elite colonizadora e concedido pela coroa), a produção em monocultura e o trabalho escravo. A produção era exportada para a metrópole, como era determinado pelo Pacto Colonial.

Neste contexto de controle das terras, regime escravocrata e dependência da metrópole, coexiste uma agricultura de subsistência, como atividade acessória ao sistema produtivo principal. Essa forma de agricultura foi influenciada pelas técnicas e tradições indígenas (exemplos são o inhame e a mandioca), africanas e européias. É interessante ressaltar que já existia a prática do cultivo pelos povos autóctones, antes da chegada dos portugueses no território (Barbieri, 2010). No início da colonização, esse segmento esteve presente especialmente no Nordeste brasileiro. Enquanto os engenhos ocupavam as melhores terras, mais próximas ao litoral, a agricultura e a pecuária de subsistência vão adentrando o território e ocupando áreas menos favorecidas, como a região atualmente conhecida como o sertão nordestino. Surge a partir desta atividade, um padrão de desenvolvimento rural inicial baseado nas grandes extensões de terras, em geral as mais férteis, no uso da força de trabalho escrava e na monocultura em larga escala de produtos destinados à exportação, em oposição a uma imensa quantidade de trabalhadores rurais com pouca terra e, em muitos casos, sob condições de vida miseráveis (Mattei, 2014).

A situação pouco mudou nos ciclos econômicos que se seguiram, onde sistemas similares de produção foram se propagando pelo território. Com a decadência da mineração no país em fins do século XVIII, houve a necessidade de diversificar a produção de

commodities agrícolas para atender às demandas do mercado externo. Nos ciclos do algodão e da borracha houve uma intensa ocupação da região Norte do país, ambos impulsionados pela Revolução Industrial e a conseqüente demanda por matéria prima. Após o declínio dessas atividades, além dos danos ambientais e problemas sociais que foram deixados, permaneceu uma agricultura de subsistência abandonada e de baixa produtividade, que passa a fazer parte da geração de pobreza e exclusão social no meio rural (Mattei, 2014). A situação perdurou durante o ciclo do café, que se concentrou principalmente na região Sudeste do país. Apesar da substituição do trabalho escravo por trabalhadores livres (em parte constituída por imigrantes), o trabalhador seguiu sendo explorado e excluído socialmente e a produção manteve o padrão baseado no latifúndio, na monocultura e sendo destinada, principalmente, à exportação.

A agricultura familiar no Brasil foi, portanto, profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade, que era centrada em três pilares: a grande propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravo (Lamarche, 1993, apud Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014). Como explicado por Lauro Mattei:

É sempre na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura assentada na concentração da propriedade da terra, ao estilo *plantation* norte-americano, que vai se firmar naquilo que hoje é conceituado como agricultura familiar, ou seja, uma estrutura produtiva que sempre foi relegada ao segundo plano no processo de desenvolvimento rural do país. (Mattei, 2014).

Desta forma, é possível compreender a vulnerabilidade desse setor historicamente marginalizado no Brasil. Problemas agrários persistentes no país, como a concentração das terras, a desigualdade social e as condições precárias de trabalho agrícola, além do preconceito e da desvalorização do trabalhador rural, decorrem desse processo de colonização de exploração. Até hoje, são pautas frequentes dos debates agrários e nas reivindicações dos movimentos sociais rurais.

4.1.2 - O surgimento do termo agricultura familiar no Brasil

Como foi esclarecido na seção anterior, as diversas categorias sociais rurais se transformaram ao longo da história do país, sempre à margem dos grandes latifúndios de monoculturas destinadas à exportação. Mas o uso do termo agricultura familiar para caracterizar e congregar diversos segmentos agrários da sociedade brasileira ainda é recente. No Brasil, o termo passa a ser utilizado e a ganhar importância no final da década de 1980 e durante a década de 1990, surgindo na literatura brasileira, quase simultaneamente, em dois meios. No campo político, o termo agricultura familiar foi utilizado pelos movimentos sociais que defendiam os interesses dos trabalhadores do campo, principalmente relacionados ao sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante as discussões relativas ao papel e ao espaço dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica dos países que passaram a formar o Mercosul. Por outro lado, o termo surge no campo acadêmico, através de alguns trabalhos que procuravam novos referenciais teóricos e analíticos. Importantes estudos como os realizados por Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), revelaram que a agricultura familiar é um setor social reconhecido e legitimado em muitos países desenvolvidos. É interessante ressaltar a importância de estudos como o elaborado por Kageyama e Bergamasco (1989), pioneiros no uso do critério de classificação dos grupos sociais agrários de acordo com a intensidade do trabalho assalariado utilizados na produção agrícola, separando em estabelecimentos familiares e empresariais de acordo com a predominância do trabalho familiar ou contratado (Schneider, 2013).

Autores como Schneider (2013) e Mattei (2014), ressaltam a importância que os trabalhadores rurais, através de suas organizações e de suas lutas sociais, desempenharam para a valorização do setor e para a implantação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. A formação do bloco econômico do Mercado Comum do Sul, instituído a partir do Tratado de Assunção, em 1991, deu início a um processo de integração econômica e comercial entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Como consequência dessa abertura comercial, alguns setores da agricultura brasileira, principalmente os pequenos produtores, foram prejudicados em decorrência das diferenças de competitividade de seus produtos. A expressão agricultura familiar foi introduzida e utilizada para unificar os

interesses dos pequenos proprietários rurais, organizando-se em torno de um discurso político que defendia a proteção social, política e econômica dos agricultores familiares. Como mencionado por Schneider:

“Formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades.”
(Schneider, 2013, p.31)

A expressão agricultura familiar foi capaz de reunir um conjunto de categorias sociais do campo e formar uma base social mais extensa numericamente que outros termos utilizados como “pequenos produtores” ou “trabalhadores rurais”, possibilitando a afirmação e ampliação de sua legitimidade política. Essa nova categoria, difundida e utilizada pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), foi a solução para fortalecer diversos grupos sociais historicamente excluídos das políticas públicas (Schneider, 2013).

Além da difusão do termo por parte dos movimentos sociais do campo, foi realizada uma pesquisa pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na década de 1990. Esse estudo tinha como principal objetivo estabelecer diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”. Nele foi sugerido a classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros a partir da separação entre dois modelos: “patronal” e “familiar”. O primeiro modelo teria como características a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada, a ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis, além do uso predominante do trabalho assalariado. O segundo modelo teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida (FAO/INCRA, 1994, apud Melo, 2014). Ademais, os estabelecimentos familiares foram divididos em três subcategorias: familiar consolidada, familiar em transição e familiar

periférica. Essa classificação foi a base para a formulação da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 2006) e para as políticas públicas de apoio direto aos agricultores familiares.

Entre as diversas definições do termo agricultura familiar que fundamentaram o debate e a conceituação no Brasil, é interessante mencionar a de Chayanov (1974), citado por Silva (2016), que define a agricultura familiar como sendo aquela que não contrata força de trabalho exterior, que detém a posse de certa extensão de terra e de seus próprios meios de produção, e que, às vezes, se vê obrigada para a sua continuação a empregar parte de sua força de trabalho em outras atividades externas à propriedade. Outra maneira de se definir agricultura familiar foi proposta por Abramovay em 1997, como indicado por Schneider (2013):

“A Agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.” (Abramovay, 1997, p.3)

Após o surgimento das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como o Pronaf, foi necessário instituir uma definição nacional do termo. Desta forma, foi criada a Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326/2006), que traçou as diretrizes para o enquadramento e reconhecimento legal do setor, determinando que se constitui agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

4.1.3 - A agricultura familiar brasileira atualmente

Os problemas agrários, persistentes no país, decorrem do processo de colonização de exploração, citado nas seções anteriores. Até hoje, os debates sobre a concentração das terras e a desigualdade social são frequentes. Atualmente, é mais reconhecido o valor dos agricultores familiares, pois, como citado por Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), já foram realizadas diversas pesquisas mensurando a importância da agricultura familiar no Brasil (Kageyama e Bergamasco, 1990; Veiga, 1995; FAO/INCRA, 1996; Guanziroli e Cardim, 2000). A agricultura familiar, além de ser importante fornecedora de alimentos, se destaca enquanto principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro, como indicam diversos estudos (Guanziroli et al., 2001; Kageyama et al., 2013; apud Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014).

Contudo, somente a partir do 10º Censo Agropecuário realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve a inclusão deste segmento da agricultura na coleta dos dados censitários, permitindo verificar a sua relevância no cenário da agricultura nacional. Através deste censo, é possível perceber a desigualdade rural no Brasil, no qual o índice de Gini registrado foi de 0,854¹. Neste censo foram identificados 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupando uma área de 329,941 milhões de hectares, destes, 4.367.902 eram estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares. Ou seja, embora os estabelecimentos familiares representem 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, correspondem a apenas 24,3% da área total, com média de 18,37 hectares (BRASIL, 2009, apud Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014). Ainda de acordo com este censo, as grandes propriedades - com mais de 1000 hectares - ocupam 45% do território rural brasileiro, apesar de corresponderem a apenas 0,92% das propriedades, enquanto as pequenas propriedades - com menos de 10 hectares - ocupam 2,3% do território e representam 48% dos estabelecimentos rurais. Além disso, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) revelam que, entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários, de acordo com o Sistema Nacional

¹ O Índice de Gini é um indicador de desigualdade, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é a concentração de renda ou maior a desigualdade.

de Cadastro Rural (SNCR), as grandes propriedades privadas subiram de 238 milhões para 244 milhões de hectares.

Segundo o Projeto de Competências Digitais para Agricultura Familiar (CoDAF) da UNESP de Tupã, a agricultura familiar desempenha um papel essencial no abastecimento alimentar nacional, contribuindo para geração de renda, controle da inflação e melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas. Caracterizado por pequenas propriedades, possui uma alta dispersão geográfica, o que possibilita a geração de renda em regiões distantes dos centros industrializados, além de ocupar um grande número de trabalhadores (normalmente do próprio núcleo familiar), oferecendo alternativa, inclusive, para a fixação do homem no campo. Os agricultores familiares ao mesmo tempo que produzem, também consomem parte de sua produção tendo, portanto, um maior interesse em elevar a qualidade do alimento, além disso, para conseguir fazer com que o trabalho familiar possa gerar valor durante o ano inteiro, tendem a diversificar as culturas, aumentando a biodiversidade no cultivo (Andrioli, 2008).

Para se ter uma ideia da importância da agricultura familiar no abastecimento nacional, observemos o Gráfico 1, elaborados pela CoDAF, projeto de extensão do campus Tupã da UNESP, baseado nos dados coletados no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), onde notamos que 74% das 16,5 milhões de pessoas que exercem algum tipo de atividade rural estão relacionadas de alguma forma à agricultura familiar.

Gráfico 1: Número de pessoas que exercem atividade no campo (em milhões).

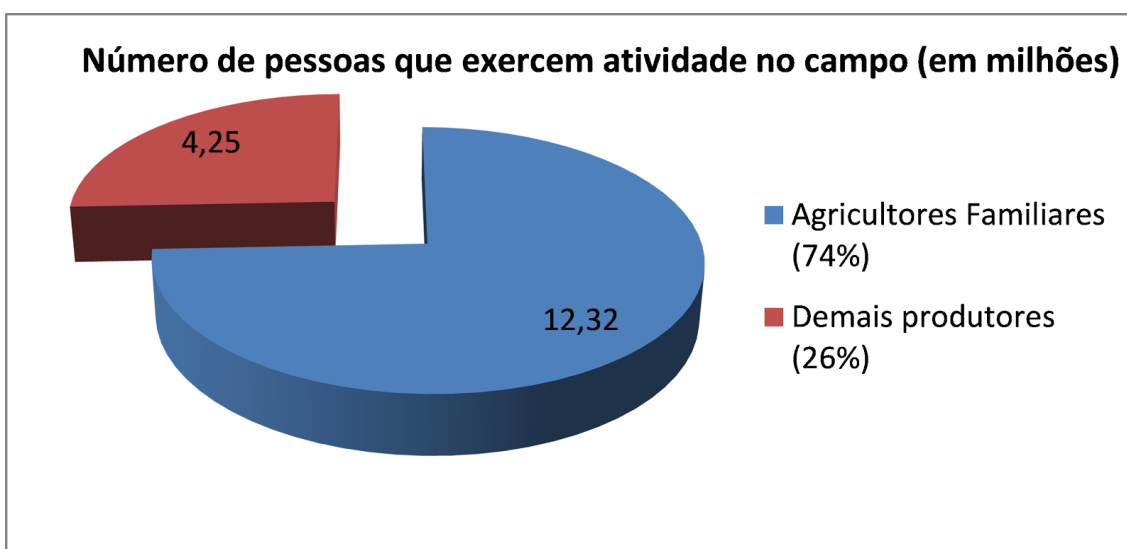


Gráfico elaborado pela CoDAF da UNESP/Tupã, com base no Censo Agropecuário de 2006.

Um dos grande empecilhos ao desenvolvimento rural é consequência das heranças históricas no espaço rural brasileiro, sendo que a agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade. Como resultado, temos essa grande parcela dos trabalhadores no campo ocupando apenas 24,3% do total de terras em que estão presentes estabelecimentos agropecuários no país, como observados no Gráfico 2 desenvolvido pela CoDAF, projeto de extensão da UNEPS/Tupã, a partir dos dados divulgados no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006).

Gráfico 2: Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários (em milhões/ha).

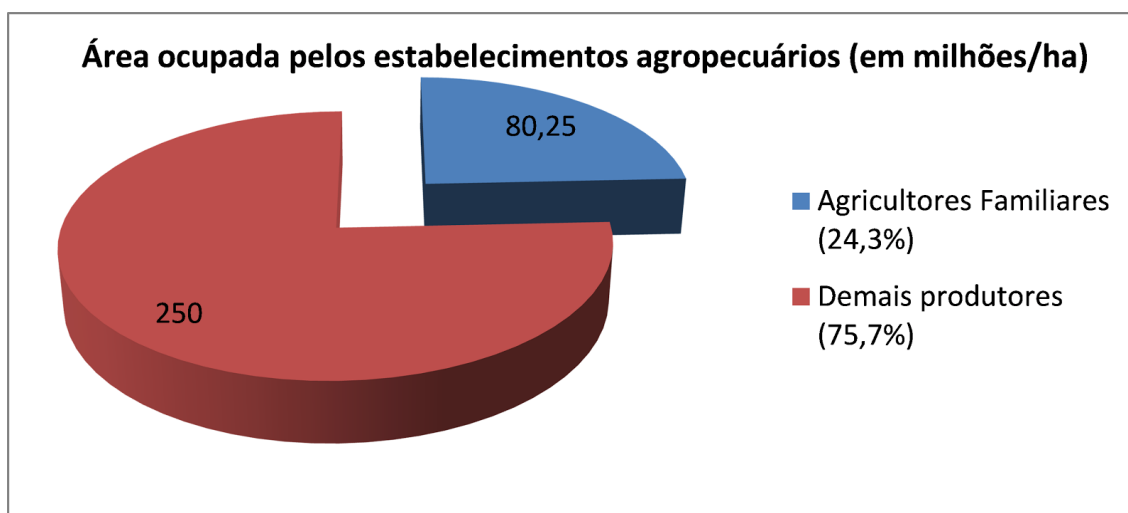


Gráfico elaborado pela CoDAF da UNESP/Tupã, com base no Censo Agropecuário de 2006.

Mesmo com essa ocupação limitada das terras disponíveis, a agricultura familiar é responsável por 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho produzidos no Brasil (IBGE, 2006). Esses alimentos são provenientes, na maioria dos casos, de cultivos em policultura, o que reduz os problemas com pragas e a necessidade do uso de pesticidas, além de beneficiar o solo e contribuir com a resiliência do ecossistema.

Além disso, a agricultura familiar, devido às suas características, às suas necessidades e por sua perspectiva econômica e social, apresenta uma tendência maior de incorporar elementos da agroecologia, o que seria uma solução para tornar sua produção menos dependente de capital externo e de insumos (Andrioli, 2008). Dessa forma, fica evidente o potencial desse setor em beneficiar diversas áreas como a saúde coletiva, através da segurança

alimentar, da diminuição do uso de agrotóxicos e da preservação dos solos férteis, além de contribuir com o desenvolvimento rural e com a permanência das pessoas no campo.

4.2 - Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar

Como foi esclarecido em seções anteriores, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, as políticas públicas para a área rural, principalmente a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados, além dos grandes latifúndios produtores de commodities destinadas à exportação, argumentando que dessa forma seria possível superar os desequilíbrios da balança comercial do país. Grande parte do segmento que hoje corresponde à agricultura familiar era excluído dos benefícios oferecidos por essas políticas, especialmente nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e à garantia de venda da produção (Mattei, 2014). Também foi explicado que a formação do Mercosul e a abertura comercial prejudicaram diversos grupos sociais agrários, o que levou a uma união desses segmentos em torno de um discurso em defesa dos interesses dos agricultores familiares (Schneider, 2013).

Em função das pressões sociais e políticas, foi criado o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), em 1994, passo inicial para a constituição da primeira política pública direcionada à agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014). O programa tem a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos agricultores familiares, tendo sido formulado para atender às reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais que exigiam a criação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (Mattei, 2014).

O Pronaf desencadeou o surgimento de outras políticas de desenvolvimento rural destinadas a essa categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e, vinculada a este, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001, que institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País (Grisa e Schneider,

2015)². A operacionalização do Pronaf exigiu uma definição legal da categoria agricultor familiar de modo a permitir o seu acesso, dessa forma foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326/2006), que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

O Pronaf direciona as suas ações diretamente ao campo, proporcionando o acesso dos agricultores familiares aos serviços de assessoria técnica especializada, através da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o acesso a diferentes linhas e modalidades de crédito, além de mecanismos de segurança do preço dos produtos da agricultura familiar. O acesso às diferentes modalidades de crédito subsidiado possibilita a ampliação dos serviços e dos benefícios aos agricultores familiares, como: agroindustrialização dos produtos, atenção aos trabalhos realizados pelas mulheres e jovens, entre outros. Atualmente, o programa disponibiliza diversas modalidades, dentre elas: Agroindústria, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Microcrédito Produtivo Rural, Agroecologia e Mais Alimentos (Ferreira, 2013).

Estes programas e leis levaram o Brasil a ser reconhecido por organizações internacionais, que valorizam a estrutura política e institucional construída ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido “exportados” para outros países (Grisa e Schneider, 2015). É interessante reforçar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação desta estrutura institucional.

4.2.1 - Políticas públicas de acesso a mercados institucionais

No Brasil, a comercialização de produtos da agricultura familiar por meio dos mercados institucionais é um fenômeno relativamente recente. As primeiras experiências dessa natureza foram muitas vezes descontínuas no tempo e desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de

² Em maio de 2016, com o afastamento de Dilma Rousseff, o presidente em exercício Michel Temer promoveu uma reforma administrativa. Nessa reforma, o MDA foi extinto. Algumas de suas funções foram transferidas à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil, e outras para um novo ministério, que passou a se chamar Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

alimentos. Mas este processo é crescente e atualmente representa uma das possibilidades mais significativas de acesso a mercados pela agricultura familiar. As políticas públicas de acesso ao mercado institucional para a agricultura familiar são uma possibilidade excepcional de desenvolvimento, valorização da identidade, oportunidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias agricultoras. O mercado institucional tem grande importância para o desenvolvimento nacional, tendo em vista que a comercialização e o escoamento da produção tem beneficiado, além das famílias agricultoras, a população que consome, através das instituições que recebem diretamente ou mediante a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) os produtos oriundos da agricultura familiar, como escolas, universidades, creches, institutos, asilos, orfanatos, restaurantes populares, dentre outros (Ferreira, 2013).

O mercado institucional é uma das possibilidades mais acessíveis de comercialização e organização para os agricultores familiares. Também tem causado nas famílias agricultoras formas de organização e gestão cada vez mais rápidas e eficientes. Sendo o papel da assessoria técnica o de propor estratégias de capacitação aos agricultores familiares, através de seus empreendimentos econômicos, das organizações agricultoras e associações comunitárias, de modo a elevar a capacidade dessas organizações para gerir a política e atender à burocracia. Isto tem estimulado os agricultores familiares a se planejarem para conseguirem organizar a oferta e a demanda, atender às exigências dos mercados e avançar no processamento e beneficiamento dos produtos (Ferreira, 2013).

4.2.1.1 - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Outro programa de grande relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que atua através da utilização de compras governamentais como mecanismo de estímulo e de garantia de melhores preços para os alimentos oriundos da agricultura familiar, estabelecendo um mercado institucional para estes produtos (Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014).

Criado em 2003, o PAA é uma das ações do Fome Zero, e resultou da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira e o

segundo debate reconheceu a agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais. Desta forma, o PAA tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação, ou seja, garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; e incentivar a agricultura familiar, através da formação de estoques estratégicos e permitindo aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo. O Programa proporciona a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais. Estes produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social, àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPAN), como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar, estes alimentos são utilizados para a elaboração de cestas que são distribuídas a grupos populacionais específicos, como asilos e creches (Ferreira, 2013). Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo.

O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, esta Lei foi alterada pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado por diversos decretos, sendo que o que está em vigência é o Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012. O Programa era desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA foram definidas por um Grupo Gestor (GGPAA) coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios. O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a CONAB, governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Pronaf, o que é feito por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA

Leite e Compra Institucional, com orçamento composto por recursos do MDS e do MDA até o ano de 2016. A partir de 2006, o MDA passou a destinar recursos orçamentários próprios para operacionalização de duas modalidades do PAA: a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar. As modalidades Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite eram executadas pelo MDS. Já a modalidade Alimentação Escolar cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) (ASCOM e MDS, 2012).

4.2.1.2 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Após o PAA, com o mercado institucional tendo se mostrado uma ferramenta eficiente de desenvolvimento rural, outro programa foi implementado com funções semelhantes - o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com a promulgação da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 foi estabelecido um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar através do PNAE (Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014). A partir de então, foi determinado que no mínimo 30% do repasse do FNDE deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e suas organizações, priorizando as comunidades tradicionais e os assentamentos de reforma agrária. Os agricultores familiares devem se organizar em associações ou cooperativas, no mínimo 70% dos associados destas organizações devem possuir a DAP e ao menos 55% do volume de sua produção comercializada deve ser proveniente dos membros com DAP (Costa et al, 2015).

As origens do Programa remontam à década de 1940, quando foi criado o Instituto Nacional de Nutrição (INN) que defendia a proposta de oferecer alimentação na escola. Embora não tenha atingido a sua finalidade naquela época, serviu de base para a elaboração do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, na década de 1950, que, pela primeira vez, estruturava um programa de merenda escolar, em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. Desse plano original, apenas o programa de alimentação escolar sobreviveu, contando com o apoio do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), hoje denominado Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Já em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto de nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação. Até o final

dos anos 70, a merenda escolar passou por momentos de reorganização, recebendo, inclusive, apoio da FAO/ONU. Somente a partir de 1979 o programa passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar. O aspecto assistencialista do PNAE perdurou até a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que assegurou o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental público, definindo em seus incisos IV e VII que é dever do Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios) e um direito humano e social de toda criança e adolescente que freqüentem a educação infantil e o ensino fundamental. Isso levou a União a incluir, a partir de então, a ação da alimentação escolar em seus planos plurianuais, tal como em sua previsão orçamentária e nas leis orçamentárias anuais (FNDE e SEED, 2008).

O objetivo do PNAE é promover a alimentação escolar em todo o Brasil, garantindo, por meio da transferência de recursos financeiros, o benefício aos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e educação especial. Além de atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, pretende contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O FNDE, autarquia vinculada ao MEC, é o responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público. As entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) têm autonomia para administrar o dinheiro repassado pela União e compete a elas a complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar, conforme estabelece a Constituição Federal. Somente após a regulamentação por meio da lei 11.947/09, o Programa passou a garantir a participação da agricultura familiar neste mercado institucional. É importante considerar que o inciso V da referida lei deixa claro a possibilidade de acesso para a agricultura familiar e é reforçado pelo artigo 14 da mesma lei, que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas

organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades indígenas e quilombolas. A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas, quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado ou país, nesta ordem de prioridade. Também vale a pena ressaltar que no art. 20 há a orientação para a priorização, sempre que possível, dos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (Ferreira, 2013).

De acordo com os artigos 2º e 3º da Resolução nº 32 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 10 de agosto de 2006, o PNAE possui princípios e diretrizes bem definidos, sendo estes: a universalidade do atendimento; o respeito aos hábitos alimentares; a equidade no atendimento; a descentralização da gestão do programa e a participação da sociedade no controle social. A Entidade Executora só pode gastar os recursos do PNAE para adquirir os alimentos definidos nos cardápios de alimentação escolar, que são de responsabilidade das escolas e elaborados por nutricionistas, responsáveis técnicos pelo Programa, com a participação do CAE. Os cardápios devem respeitar os hábitos alimentares de cada localidade e sua vocação agrícola, dando prioridade aos produtos básicos, aos minimamente processados e aos in natura. Além de regulamentar a alimentação escolar, a lei determina que o MEC promova ações educativas que perpassem transversalmente o currículo escolar das instituições de ensino, abordando o tema alimentação e nutrição, incentivando o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Ferreira, 2013). Outro fator importante é que o Programa ressalta a discussão sobre o cuidado com o meio ambiente e sugere que esse debate pode ser aprofundado nas práticas de organização das hortas escolares, ocasiões em que o aluno poderá compreender seu papel como cidadão responsável pela preservação da natureza. Não é sem motivo que o PNAE é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, uma vez que é o único com atendimento universalizado, ou seja, atende a todos os alunos matriculados nas escolas públicas, da creche ao ensino fundamental, indiferentemente de classe, cor ou religião (FNDE e SEED, 2008).

4.3 - A Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região

A Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFAPRE), foi fundada no dia 18 de dezembro de 1993 com o nome de Associação de Desenvolvimento Comunitário de Piedade, por iniciativa de agricultores desta localidade. Trata-se de uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, com personalidade jurídica própria e tempo de duração indeterminado, sendo regida por seu respectivo estatuto e pelas disposições legais vigentes aplicáveis de acordo com o art. 53 do Código Civil Brasileiro. A sua sede está localizada na região denominada Piedade, no distrito de Santa Rita, município de Ouro Preto e foro na Comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais (AAFAPRE, 2009). A Associação abrange agricultores familiares dessa e de outras regiões situadas no distrito de Santa Rita de Ouro Preto, além de outros distritos do município. Possui como base da sustentação familiar o cultivo de cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, hortaliças, agroindústria artesanal, além de eucalipto para a produção de carvão (FNDE, 2017). A AAFAPRE tem por objetivos e atividades, conforme o Capítulo II, ART. 4º do Estatuto, alterado em 15 de maio de 2009:

- I - Promover o desenvolvimento social, econômico e cultural dos agricultores familiares da comunidade de Piedade e região, através da implantação e implementação de programas de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários e de projetos de assistência social com prioridade aos de geração de ocupação e renda;
- II - Garantir e promover o acesso e a efetiva participação da comunidade, com prioridade aos segmentos sociais vulnerabilizados e proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência, à juventude e à velhice;
- III - Estimular e articular junto ao Poder Público Municipal e Entidades Privadas, Políticas e Sociais, na busca de alternativas e recursos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho, favorecendo o pleno exercício da cidadania;
- IV - Favorecer e incentivar o estudo, a análise e a formulação de propostas e mecanismos de apoio e promoção das atividades agropecuárias e artesanal, geradoras de renda e trabalho para a comunidade;

V - Fortalecer e estimular a integração comunitária através do convívio em associação, atuando na promoção e defesa dos direitos e deveres sociais.

VI - Desenvolver programas e projetos comunitários que objetive a valorização da cultura, do lazer e esportes como direito à cidadania;

VII - Atuar na defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável (AAFAPRE, 2009).

Os agricultores da região de Piedade de Santa Rita foram pioneiros no município de Ouro Preto, no que tange à organização através de uma associação. Segundo consta no site do MDA e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), a AAFAPRE é a única entidade detentora da DAP de pessoa jurídica no município de Ouro Preto, possuindo 107 associados, dos quais 88 possuem DAP reconhecida pelo MDA (MDA, 2017). Como explicado durante a entrevista pelo agricultor familiar Ricardo César da Silva, membro da AAFAPRE, a Organização foi criada como uma associação comunitária com finalidade social, destinada a auxiliar no desenvolvimento local, promovendo o acesso à saúde e a organização de mutirões para reformas importantes e construções de infraestrutura, como estradas e pontes. Através da Associação, obtiveram apoio institucional da Secretaria de Agropecuária e da EMATER de Ouro Preto, possibilitando o acesso às políticas públicas de fomento da agricultura familiar. Desta forma, a AAFAPRE facilitou o acesso ao crédito agrícola subsidiado do Pronaf para os agricultores da região, fomentou a produção e venda de carvão vegetal e, posteriormente, o cultivo e a comercialização de alimentos para o mercado institucional. Atualmente, conta com uma agroindústria de açúcar mascavo e rapadura, a produção de quitandas, que envolve broa, roscas, bolos e biscoitos, além de duas hortas comunitárias na região e da produção individual dos associados. São produzidos toneladas de alimentos anualmente, para abastecer 9 escolas estaduais, 52 instituições municipais e o Restaurante Universitário da UFOP. O fornecimento de alimentos para a universidade teve início em 2016 e são produzidos nas hortas comunitárias agroecológicas de Piedade e Moreira por uma equipe de 25 pessoas, composta majoritariamente por jovens da comunidade. A maior parte dos associados são das localidades rurais do entorno de Santa Rita de Ouro Preto.

4.3.1 - Santa Rita de Ouro Preto, MG.

Localizado à 30km de Ouro Preto, o distrito de Santa Rita é conhecido como a Capital da Pedra-Sabão, pois abriga muitos artesãos especializados na arte de esculpir essa rocha metamórfica. Foi povoado a partir do início do século XVIII, com a chegada da bandeira de Martinho de Vasconcelos, que procurava por ouro às margens do Ribeirão Falcão, porém encontraram em abundância a esteatita, conhecida como pedra-sabão. O nome da localidade teve a sua origem ligada à adoração à Santa Rita de Cássia, imagem trazida pelos bandeirantes que se tornou a santa de devoção da população da região. A localidade passou a ser chamada de Santa Rita de Ouro Preto quando foi elevada a distrito. O local iniciou o processo de urbanização por volta de 1940, quando diversas atividades começaram a se desenvolver, dentre elas a fabricação do pó de pedra-sabão para as indústrias químicas e metalúrgicas e a produção de panela de pedra para serem vendidos em toda a região, ambos extraídos de pedreiras locais. É relevante transcrever a descrição de Santa Rita de Ouro Preto, citada por Melo (2014) a partir da pesquisa de Solange Fortes (1996), pois retrata aspectos culturais e o potencial agrícolas do distrito:

“O bandeirante Martinho de Vasconcelos foi um desses desbravadores que resolveu explorar as margens do Ribeirão do Falcão, percorrendo praticamente toda a extensão, sem encontrar o metal [ouro]. Isso por volta de 1700, período em que a região das minas passava por uma crise de abastecimento, ele resolveu montar uma fazenda, iniciando o cultivo de alimentos, cana-de-açúcar, café, e também a criação de bois. Na fazenda cultivavam café, milho, feijão, batata e leite. Apenas 25% da população mora na sede do distrito, o resto se espalha pelos 19 subdistritos e vivem basicamente da produção agrícola. Saindo da sede, o distrito é dotado de belas fazendas e sítios que produzem hortifrutigranjeiros. Devido ao seu tamanho e potencialidade de crescimento, Santa Rita poderá vir a ser uma das regiões mais desenvolvidas do interior de Ouro Preto.” (Fortes, 1996, apud Melo, 2014, p. 50)

Almeida (2006) de acordo com Melo (2014), ressalta os problemas econômicos e sociais que persistem há anos na região de Santa Rita, assim como em muitas propriedades dos demais distritos de Ouro Preto. A manutenção do espaço ao longo do tempo, no sentido do equilíbrio rural-urbano, está ameaçada devido às dificuldades encontradas para a

continuidade da produção rural, em virtude da baixa qualidade e escassez de matéria-prima, agravada pela exploração mineral clandestina desordenada, levando as pessoas do campo a migrarem para os centros urbanos a procura de emprego e renda.

Os produtores da localidade de Santa Rita de Ouro Preto possuem a maior diversidade de produção entre os distritos do município. Sendo comum entre os agricultores da região manterem pomares e hortas, onde normalmente cultivam milho, feijão, banana e café, além da produção de leite. Algumas famílias produzem o queijo tipo minas artesanalmente, sendo usualmente preparado pelas mulheres, que também costumam produzir bolos, biscoitos de polvilho, pães de queijo, doces de frutas da época e outros quitutes da culinária local. A região possuía intensa ligação com o comércio desde os tempos coloniais, quando se distinguiu pela produção e comercialização de gêneros alimentícios, sendo famosas as “tropas de burros” para transporte de mantimentos para o município de Ouro Preto (Melo, 2014).

Segundo a pesquisa³ realizada por Júlio César e Bárbara Moreira (2017), membros da AAFAPRE que trabalham na horta comunitária agroecológica de Piedade de Santa Rita, o tropeirismo era uma das principais atividades praticadas na localidade de Santa Rita de Ouro Preto nos anos anteriores a década de 1960 e foi exercida por grande parte da antiga população que vivia nessa região. Os tropeiros eram pessoas dedicadas a encontrar nas fazendas e casas produtos que, entre outros, incluíam principalmente os consumíveis (como frutas, carnes e temperos), para serem levados e vendidos em Ouro Preto. Após reunirem os produtos, caminhavam puxando os burros com as mercadorias, partindo da região rumo a Ouro Preto. Era uma viagem longa e extremamente exaustiva que geralmente durava 3 dias. Ao chegarem no município tinham o dever de vender toda a mercadoria, passando pelos comércios, praças e casas até o final do dia. Depois de vender todos os produtos, poderiam retornar às suas casas, pagar os produtores com dinheiro ou mercadorias trazidas da cidade e ficar com a diferença, para desta forma garantir o seu sustento. A estrada que hoje liga as comunidades de Piedade e Moreira a Catas Altas da Noruega foi construída por um mutirão dos antigos moradores da região, motivados pela necessidade de facilitar o traslado e de fazer um caminho ligando essas regiões para a passagem de veículos. A construção foi

³ A pesquisa foi realizada localmente para ser apresentada em uma atividade do 2º Festival da Terra de Piedade. Evento solidário e gratuito promovido pela parceria entre a AAFAPRE, a UFOP e a Andorinhas Soluções Socioeconômicas e Ambientais. O festival fomenta a união e a cooperação como forma de empoderamento das comunidades rurais. O evento tem por objetivos resgatar e valorizar a cultura do campo e trazer visibilidade para a região, além de promover a realização de atividades artísticas e de formação na zona rural, propiciando a troca entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais do campo.

liderada por Antônio Rumão que a princípio reuniu alguns trabalhadores animados, mas que por fim envolveu quase toda a comunidade. Foram necessários dois meses de muito esforço braçal e contando com o auxílio de arados de boi para concluir a estrada de aproximadamente sete quilômetros de extensão, que teve seu início no centro de Piedade de Santa Rita (próximo a atual igreja de nossa senhora da Piedade), passando por Moreira e sendo finalizada na atual comunidade de Pirapitinga, onde foi unida a estrada que fazia a ligação entre Catas Altas da Noruega e Santa Rita de Ouro Preto. Essa estrada foi o marco do fim do tropeirismo e o começo da produção de carvão.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa visou captar as transformações ocorridas na região de abrangência da AAFAPRE e compreender os benefícios à qualidade de vida dos agricultores familiares decorrentes do acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, em especial as de acesso ao mercado institucional através do PAA e do PNAE. Para tanto, foram necessárias muitas visitas às localidades, realizadas durante os meses de abril a setembro de 2017. Durante a realização da pesquisa foi possível conversar com diversas pessoas envolvidas com a Associação, realizar algumas entrevistas, conhecer as entidades que participam do processo de comercialização e acompanhar parte da produção de alimentos. Nesta seção será feita uma descrição do processo de desenvolvimento da Associação resultante do acesso aos programas PAA e PNAE, evidenciando as mudanças, os benefícios e as dificuldades de comercializar para o mercado institucional, de acordo com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares e as pesquisas de campo. Também foram analisadas as vendas realizadas pela AAFAPRE através do PAA e do PNAE desde 2013, estes dados foram disponibilizados pela EMATER de Ouro Preto. Além desses, foram utilizados dados referentes aos repasses de recursos do Governo para o PNAE de Ouro Preto, obtidos no site do FNDE.

Como foi relatado, durante a entrevista realizada com o agricultor familiar associado Ricardo César da Silva, a Associação foi criada pelos moradores de Piedade de Santa Rita em 1993, influenciados pela igreja católica e pastorais. A princípio, a Entidade possuía uma finalidade social, destinada a promover o desenvolvimento local. Com a chegada da

EMATER em Ouro Preto, houve um maior apoio institucional para desenvolver a Associação. A partir de 2006, os membros da Associação começaram a conhecer sobre a agricultura familiar através da EMATER e da Secretaria de Agropecuária, passando a discutir nas reuniões a possibilidade da produção de alimentos para comercializar no mercado institucional. Após a regularização da DAP e, portanto, a formalização da maioria dos membros como agricultores familiares, passaram a ter acesso às políticas públicas e a utilizar o crédito agrícola subsidiado do Pronaf. Inicialmente, esse crédito foi utilizado na principal fonte de renda dos agricultores na época, o cultivo de eucalipto para a produção de carvão destinado às indústrias metalúrgicas.

Como precisavam gerar renda para desenvolver a comunidade e encontrar uma alternativa ao carvão, que passou por um forte declínio nos anos de 2007 e 2008 devido à crise financeira mundial desta época, decidiram empenhar-se na comercialização através do mercado institucional. Como explicado por Ricardo, durante a entrevista:

“Não é que o carvão não desse dinheiro, mas era a nossa única fonte de renda, se acabasse, como em certo tempo paralisou, ficávamos sem recurso. Hoje, a produção é diversa, caso tenhamos algum problema, existem outras atividades. Temos maior segurança.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Em 2008, após ter sido eleito presidente da AAFAPRE, Ricardo pesquisou mais informações sobre o PAA e o PNAE junto à EMATER, às secretarias municipais e ao governo. Estudou a agricultura familiar e o seu funcionamento, para, junto aos demais agricultores familiares associados, passar a produzir alimentos destinados ao mercado institucional. Ainda nesse ano, a Associação logrou fazer o projeto de venda através da CONAB e passaram a comercializar alimentos para entidades não governamentais, como asilos e creches. A princípio, venderam os alimentos que já eram produzidos, como laranja, mexerica, abacate, banana e rapadura. A rapadura era produzida no engenho de uma família da comunidade, que, até então, era utilizado no preparo de melado e rapadura destinados ao consumo próprio, já as frutas eram provenientes dos pomares dos membros. A comercialização era feita através do PAA, na modalidade compra com doação simultânea, no qual a CONAB comprava da Associação, que entregava os alimentos diretamente às

entidades. Mas, devido à burocracia, o valor só era repassado após um período de aproximadamente 4 meses.

Inicialmente, esse comércio institucional era uma atividade econômica acessória, mantendo a produção de carvão como principal fonte de renda da comunidade. Foi quando optaram por comercializar através do PNAE, devido à demora no recebimento do dinheiro pago pela CONAB. Os alimentos eram destinados às escolas do município, abrangendo atualmente nove escolas estaduais e cinquenta e duas entidades municipais. Os associados perceberam que esse comércio era promissor e passaram a cultivar maior quantidade e variedade de alimentos, invertendo gradualmente o foco da produção, passando a auferir a maior parte da renda através do mercado institucional em detrimento do carvão. Embora ainda persista a produção de carvão, os entrevistados notam uma grande transformação na região, em muitos locais onde antes o eucalipto dominava a paisagem, passou-se a cultivar hortas e pomares, aumentando a biodiversidade na área. Como foi dito por Tobias, sócio da AAFAPRE que coordena e trabalha na horta comunitária agroecológica de Piedade:

“Todo mundo estava muito interessado em produzir carvão e enchiam o terreno de eucalipto. Agora, todo mundo está arrancando os eucaliptos para fazer plantação de milho, mandioca e coisas assim. Antes, uma hora dessas, você estava vendo fogo, fumaça e ouvindo o barulho de motosserra, agora não.” (Transcrição de trecho citado por Tobias Julião Martins na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

A medida que o mercado institucional se mostrou uma alternativa viável e promissora, outros agricultores familiares da região foram se associando, aumentando a capacidade produtiva e a importância da AAFAPRE. Desta forma, os associados foram percebendo as vantagens de se diversificar a produção e as fontes de renda. Com as melhorias que foram ocorrendo na organização e o consequente ganho de relevância da Associação, houve um maior apoio institucional e aporte de recursos, possibilitando que a Associação implantasse a agroindústria de processamento da cana-de-açúcar para a produção de rapadura e açúcar mascavo. Também foi estabelecida a fábrica de quitandas onde são confeccionadas broas, rosas, biscoitos e outros quitutes. Assim, a AAFAPRE foi ampliando a comercialização para o mercado institucional nos últimos anos, abastecendo atualmente 9 escolas estaduais, além de 52 escolas e creches municipais através do PNAE. A partir de 2016, passaram a fornecer

alimentos para o Restaurante Universitário (RU) da UFOP, por intermédio do PAA. Para garantir a alimentação de qualidade para a comunidade acadêmica da universidade, foram criadas duas hortas comunitárias onde trabalham 25 agricultores locais, utilizando técnicas agroecológicas de cultivo, sem a aplicação de agrotóxicos ou de adubos químicos. Recentemente, a Associação passou a fornecer alimentos para um coletivo de compra e distribuição de alimentos do município de Belo Horizonte, ampliando o seu mercado e área de atuação. Atualmente, a AAFAPRE compreende os três setores mencionados: a agroindústria de açúcar mascavo, a fábrica de quitandas e as hortas comunitárias agroecológicas, além de ser o ponto de coleta dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares da região. Os alimentos são conferidos e transportados para as escolas estaduais, universidade, algumas escolas municipais e para o almoxarifado da Prefeitura de Ouro Preto que repassa à maioria das entidades municipais.

Nos últimos anos, a Associação tem tido um acesso cada vez maior à capacitação e formação dos seus membros. A EMATER de Ouro Preto vem desenvolvendo um trabalho muito importante de capacitação para os agricultores, levando cursos de empreendedorismo, gestão, técnicas agrícolas, dentre outros, auxiliando na transição do cultivo convencional para o agroecológico na região. A partir de 2016, a UFOP também passou a desempenhar esse papel de formação, oferecendo cursos e oficinas, além de auxiliar na organização do Festival da Terra, um evento solidário que procura valorizar a cultura do campo trazendo visibilidade para a região, empoderar a comunidade e promover a troca entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico. Foi interessante notar que há uma grande participação dos jovens de Piedade na Associação e que a coordenação está sendo capaz de planejar a logística e a gestão da AAFAPRE com eficiência.

5.1 - Benefícios obtidos em virtude do acesso ao PNAE e ao PAA

Neste segmento, serão elencados os efeitos positivos para a qualidade de vida dos agricultores familiares associados a AAFAPRE decorrentes do acesso ao mercado institucional. Estes efeitos foram deduzidos através da análise das entrevistas, dos relatos e observações captadas nas pesquisas de campo, além dos dados obtidos através da EMATER de Ouro Preto e do FNDE. Tendo em vista que a qualidade de vida engloba aspectos

econômicos, sociais e ambientais, as mudanças foram analisadas a partir de um enfoque qualitativo, em vez de gerar um índice baseado em informações quantitativas mensuráveis. Buscando compreender através da perspectiva dos agricultores familiares, de forma subjetiva, como eles avaliam as transformações ocorridas na qualidade de vida de suas famílias e se eles relacionam essas mudanças à participação nos mercados institucionais. Para facilitar a leitura e a compreensão, os resultados foram organizados em efeitos econômicos, sociais e ambientais.

Efeitos econômicos

Dentre os benefícios econômicos constatados, a geração de renda no meio rural foi significativa, como podemos observar no Gráfico 3, onde foram compilados os dados referentes às vendas da AAFAPRE entre os anos de 2013 a 2017. Ressaltando que os valores da comercialização para o PNAE abarcam as compras municipais e estaduais. Atualmente, a Associação abrange 107 membros de diferentes localidades do município. No período que compreende desde o ano de 2013 até o primeiro semestre de 2017, as famílias agricultoras associadas auferiram um total de R\$ 1.811.963,40, o que representa aproximadamente 400 mil reais por ano, e forneceram um total de 319.325,64 Kg de gêneros alimentícios, o que significa o abastecimento de aproximadamente 71 toneladas de alimentos por ano, beneficiando a nutrição de milhares de alunos das 9 escolas estaduais, 52 escolas e creches municipais e da Universidade Federal de Ouro Preto. Verificou-se que entre os entrevistados, de 60% a 90% da renda familiar é obtida através da venda da produção agrícola para o mercado institucional.

Gráfico 3: Volume total de vendas da AAFAPRE entre os anos de 2013 a 2017⁴ (em R\$/Ano).

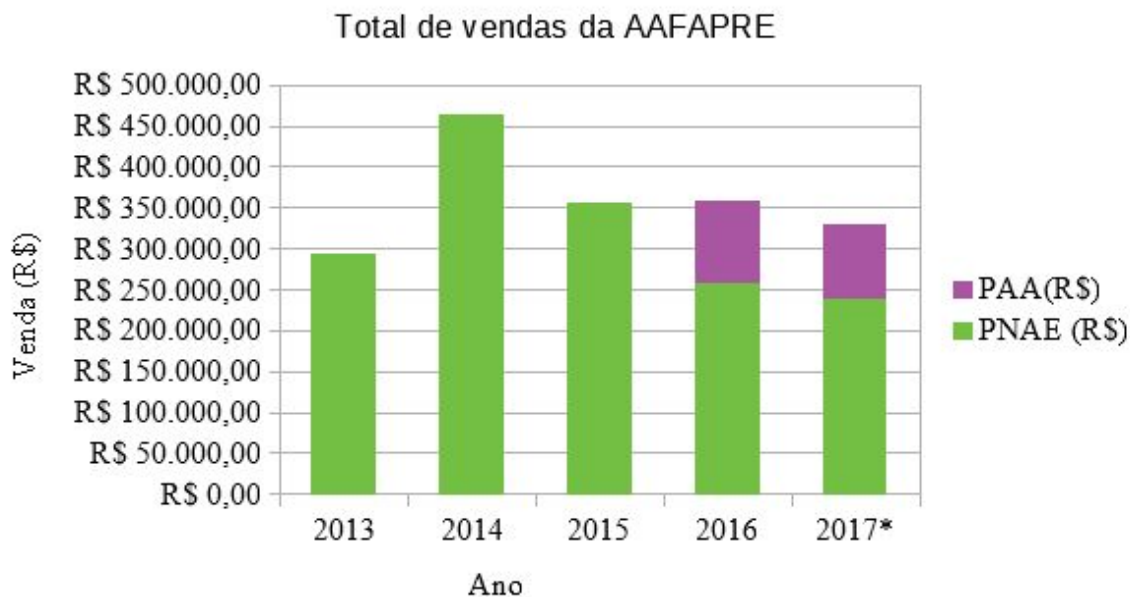


Gráfico elaborado pelo autor, com base nos dados fornecidos pela EMATER de Ouro Preto.

O pico de vendas em 2014, no valor de R\$ 466.561,81, provavelmente foi devido ao maior volume de recursos repassados pelo FNDE para o município de Ouro Preto, como podemos constatar na Tabela 1. Ademais, nesse ano foi investida uma porcentagem maior do recurso, do FNDE destinado ao PNAE, na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar pelo Município de Ouro Preto, de aproximadamente 44,3% do valor repassado, totalizando R\$ 360.345,95. Esses dados foram obtidos em consulta no site do FNDE (realizada em setembro de 2017).

Tabela 1: Repasses totais do PNAE para o município de Ouro Preto durante os anos de 2013 a 2017 (em R\$).

REPASSES FINANCEIROS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE					
Ano Exercício	UF	Município	Esfera Adm.	PNAE	Valor pago
2013	MG	OURO PRETO	MUNICIPAL	TOTAL	751.368,00
2014	MG	OURO PRETO	MUNICIPAL	TOTAL	855.864,00
2015	MG	OURO PRETO	MUNICIPAL	TOTAL	813.188,00
2016	MG	OURO PRETO	MUNICIPAL	TOTAL	500.568,37
2017	MG	OURO PRETO	MUNICIPAL	TOTAL	501.914,80

Dados obtidos no site do FNDE.

⁴ O gráfico foi elaborado com base nos dados fornecidos pela EMATER de Ouro Preto em setembro de 2017.

*Portanto, o ano de 2017 considera apenas as vendas realizadas até o mês de julho.

Essa renda possibilitou uma maior permanência de pessoas no campo, em especial os jovens, pois gerou novas opções de trabalho para os diversos grupos que compõem a comunidade. Como descrito pelo atual presidente da Associação, Carlos Flaviano Batista, quando questionado sobre as mudanças observadas na qualidade de vida da família depois de passar a comercializar para o PAA e o PNAE:

“Deu mais força pra gente manter a família, os meninos já conseguem ter o dinheiro deles, porque antes não tinha nem opção de trabalho. Saia da escola e já ia embora procurar emprego. Hoje ainda vai algum, mas é muito pouco, a maioria fica na roça mesmo.” (Transcrição de trecho citado por Carlos Flaviano Batista na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

É importante ressaltar que em 2016 a AFFAPRE passou a comercializar alimentos para a UFOP através do PAA. Como foi verificado no Gráfico 3 e na Tabela 1, o PAA diversificou as fontes de renda da comunidade em um momento no qual os recursos e as vendas para o PNAE estavam diminuindo. Além disso, foram criadas duas hortas comunitárias pela AAFAPRE para suprir as demandas do RU da UFOP. Onde estão utilizando técnicas agroecológicas, sem a aplicação de agrotóxicos e adubos químicos, e onde trabalham 25 agricultores, em grande parte jovens (homens e mulheres) que estão concluindo o terceiro ano do ensino médio em 2017. Como é o caso do agricultor Tobias de 19 anos de idade que, ao relatar a própria opinião sobre a comercialização para a UFOP, disse:

“Eu penso que é muito importante para as pessoas daqui, se não tivesse essa parceria da universidade com a associação, a juventude daqui não estaria no campo mais não. O que segura a juventude aqui é esse comércio de alimentos.” (Transcrição de trecho citado por Tobias Julião Martins na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Efeitos ambientais

Uma das consequências ambientais decorrente do acesso ao mercado institucional através do PAA e PNAE, que já foi mencionado nesta pesquisa, foi a diversificação da produção e das técnicas agrícolas empregadas. Antes de passarem a fornecer

hortifrutigranjeiros para as escolas e para a UFOP, a principal atividade econômica era a produção de carvão vegetal, proveniente das monoculturas de eucalipto que dominaram a paisagem da região durante muitos anos. Assim como a maioria dos agricultores da região, antes do PAA e do PNAE os entrevistados trabalhavam com a produção de carvão destinado às indústrias metalúrgicas. Embora essa atividade ainda seja praticada na região, pode-se notar uma grande transformação na paisagem, como relatado pelos entrevistados, tendo diminuído as áreas destinadas ao cultivo do eucalipto para serem utilizadas na implantação de hortas e pomares, aumentando a biodiversidade na região.

Dentre os prejuízos ambientais causados pela monocultura do eucalipto, podemos citar a desertificação do clima e do solo, uma vez que essa cultura é capaz de absorver uma enorme quantidade de água, podendo até mesmo ressecar as fontes hídricas existentes na área plantada. O que pode se configurar em um problema grave, pois muitas plantações são realizadas próximas de córregos e nascentes. Em uma análise realizada pela pesquisadora Daniela Meirelles em 2006, foi constatado que já secaram mais de 130 córregos no norte do Espírito Santo depois da introdução do eucalipto na região. Além disso, depois de alguns anos de cultivo, a plantação de eucalipto é cortada e queimada no local, para ser transportada e transformada em carvão posteriormente, deixando o solo empobrecido e exposto à erosão. Não menos negativo é a perda de biodiversidade, tendo em vista que a floresta de eucalipto dificulta ou até mesmo impede o desenvolvimento da flora na área, prejudicando a sobrevivência da fauna local e, portanto, diminuindo a sua diversidade (Meirelles e Calazans, 2006).

Como foi argumentado por autores como Andrioli (2008), a agricultura familiar possui duas características básicas: os agricultores trabalham em núcleos familiares em suas próprias terras, dependendo portanto da mesma e se beneficiando diretamente da melhora na qualidade dos solos; consomem parte de sua produção tendo, portanto, um maior interesse em melhorar a qualidade biológica do alimento. Ademais, para conseguir fazer com que o trabalho familiar possa gerar valor durante o ano inteiro, tendem a diversificar as culturas, aumentando a biodiversidade no cultivo. Devido às suas particularidades, às suas necessidades e por sua perspectiva econômica e social, a agricultura familiar apresenta uma tendência maior de incorporar elementos da agroecologia, pois seria uma solução para tornar sua produção menos dependente de capital externo e de insumos. Desta forma, representa um importante setor na preservação ambiental e na conservação dos solos férteis. É importante destacar que, como

citado no capítulo II, artigo 4º e inciso VII do estatuto da AAFAPRE, é um dos objetivos e atividades da Associação a atuação na defesa, preservação e conservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável (AAFAPRE, 2009).

Confirmando essas constatações, houve a incorporação de práticas agroecológicas pelos agricultores familiares de Piedade e a disseminação dessas técnicas nas localidades próximas. A EMATER de Ouro Preto auxiliou nessa transição oferecendo capacitação aos agricultores, prestando assessoria técnica e acompanhando o desenvolvimento da agricultura na região. Nas hortas comunitárias agroecológicas de Piedade e de Moreira, 25 agricultores cultivam toneladas de alimentos ao ano, em um espaço de aproximadamente 2 hectares, utilizando composto (produzido com esterco bovino, palha da cana-de-açúcar e microorganismos eficazes), biofertilizante orgânico e a rotação de culturas.

Durante a entrevista realizada com o Ricardo, membro da AAFAPRE, foi esclarecido que existe uma dificuldade para os pequenos produtores acessarem os mercados convencionais, pois o retorno fornecido por esses mercados é baixo e o custo de produzir e transportar os alimentos é maior para o pequeno agricultor que para os grandes produtores. Desta forma, se torna uma competição injusta. Ressaltando a importância do acesso ao mercado institucional criado pelas políticas públicas PAA e PNAE, para as famílias agricultoras. Segundo a perspectiva do associado Ricardo, para as entidades pararem de comprar em um único lugar (como no caso do CEASA), onde é muito mais simples, e passar a comprar de várias pessoas, mesmo com o incentivo previsto no PAA e no PNAE, era preciso ter algo que os diferenciasse, que tornasse esse comércio vantajoso. Por essa razão, a partir de 2012 e 2013, os agricultores familiares da região passaram a cultivar utilizando o modelo agroecológico, sem a aplicação de agrotóxicos. Como explicado por Ricardo:

“Porque, ainda hoje, a produção sem veneno aqui na região é de baixa escala e é de agricultura familiar. A área que pensou em agroecologia e tudo é essa área aqui de Santa Rita, Piedade, Moreira, Mata do Gama, Águas Claras e Mata dos Palmitos, mas as outras ainda têm uma mentalidade de cultivo convencional.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Essa transformação também foi descrita por Carlos, presidente da AAFAPRE, quando perguntado sobre as mudanças que notou na comunidade depois de passarem a vender para as escolas e para a universidade:

“Até no modelo de plantio houve uma mudança, porque antes as pessoas plantavam e colocavam até adubo, hoje não, as pessoas foram conscientizando e plantam tudo no natural, sem agrotóxico. Até as hortas para sustentar a família está acompanhando o modelo da horta comunitária.” (Transcrição de trecho citado por Carlos Flaviano Batista na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Na mesma entrevista, quando indagado a respeito do que pensava sobre a agroecologia e a agricultura orgânica, disse:

“O bom é tudo natural. Tirou o agrotóxico fora, a saúde vem dobrada. O agrotóxico não só acaba com a saúde da gente, acaba com a terra também.” (Transcrição de trecho citado por Carlos Flaviano Batista na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Quando feita a mesma pergunta na entrevista realizada com o Ricardo, foi respondido:

“É o futuro, se a gente quiser desenvolver a sociedade, pensar em saúde, pensar em sobrevivência e qualidade de vida, ou se pensa em agroecologia ou se envenena e morre de câncer.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Nas três entrevistas realizadas, foi perguntado sobre a importância da terra ou do solo para os entrevistados, das quais foram obtidos os seguintes depoimentos:

“O solo é tudo pra nós, porque a água boa sai da terra, a alimentação sai da terra, tudo que é vida depende da terra.” (Transcrição de trecho citado por Carlos Flaviano Batista na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

“Tudo que você consome vem da terra, alimento e água. A terra é importante pra caramba. Eu não desmato a terra e quero plantar mais coisas nela.” (Transcrição de

trecho citado por Tobias Julião Martins na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

“Antes, quando a gente pensava em produzir, pensava em nutrir a planta. Agora não, a gente entende que precisa proteger o solo pra ele dar o retorno pras plantas. É a prática da agroecologia. Acabar com as queimadas, aumentar a produção de matéria orgânica. Tem que entender a natureza e que a gente é parte dela, então a gente tem que combinar com ela como é que a gente faz.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

A partir destes relatos pode ser inferido que o desenvolvimento pelo qual a comunidade vem passando, que foi corroborado pelo acesso ao mercado institucional, tem fomentado o uso de práticas ecológicas de cultivo, a diversificação das culturas produzidas, a conscientização ambiental e a consequente preocupação em se conservar os solos, as áreas de mata e as nascentes.

Efeitos sociais

Como explicado no segmento anterior, a partir do relato do agricultor Ricardo, fica evidente que a concorrência dos mercados atacadistas e a forte influência do agronegócio são um empecilho para o escoamento da produção das famílias agricultoras. Nesse sentido, os agricultores familiares têm buscado diferentes estratégias de acesso a mercados, para possibilitar a geração de renda e desenvolver a zona rural. Desta forma, o mercado institucional tem sido uma ferramenta eficaz de escoamento da produção familiar, para os agricultores que conseguem acessar o PAA e/ou o PNAE, estimulando o desenvolvimento de zonas distantes dos centros urbanos, além de promover a alimentação de qualidade a diversos alunos e aos demais atendidos por essas políticas públicas. O PAA e o PNAE também incentivam o associativismo e tem causado nas famílias agricultoras formas de organização e gestão cada vez mais rápidas e eficientes (Ferreira, 2013).

A produção da agricultura familiar se origina de muitas unidades familiares, que precisam reunir e transportar a produção para possibilitar a comercialização. O que tem levado os agricultores familiares a se organizarem em associações ou cooperativas. O cooperativismo solidário é um instrumento fundamental para o êxito desse setor e para o

desenvolvimento rural. A gestão coletiva possibilita a divisão das tarefas e a organização de grupos, assim as ações são feitas com maior rapidez e responsabilidade. O grande valor do associativismo surge quando a competição é substituída pela cooperação, de modo a elevar a capacidade dessas organizações para gerir a comercialização e atender à burocracia (Ferreira, 2013). Essa união e cooperação vem gerando muitos benefícios aos agricultores familiares de Piedade, que têm se organizado para solucionar os problemas sociais da comunidade e desenvolver a região. Como explicado pelo associado Ricardo, quando questionado sobre as mudanças ocorridas na comunidade devido ao acesso às políticas públicas PAA e PNAE:

“Mudou, porque agora toda a comercialização é feita através da Associação e, como envolve diversos assuntos que precisam ser discutidos, sempre tem reuniões. Então, o povo está sempre em contato um com o outro conversando, discutindo ideias, um dá uma ideia e o outro dá outra ideia. A relação entre as pessoas melhorou, porque todo mundo depende um do outro. Antes, era cada um individualizado na casa dele.”
(Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

O PAA e o PNAE, além de gerar renda aos agricultores familiares, estão incentivando a permanência das pessoas no campo. Ao estimular o associativismo, essas políticas públicas possibilitam que as comunidades se organizem e promovam o desenvolvimento local. De acordo com o relato do agricultor entrevistado Ricardo, os membros da comunidade passaram a perceber o problema da evasão dos jovens e da falta de ocupação para os diferentes grupos. Assim, se organizaram para encontrar atividades para os diversos grupos etários de todos os gêneros. O seguinte trecho foi transcrito devido à sua importância para a compreensão dessas transformações sociais que ocorreram na região:

“As pessoas e os governos sempre pensam na área rural como local de gente mais velha, não tem nenhum incentivo à pessoa jovem e nenhum incentivo à mulher também. Então, a gente começou a pensar assim: se a gente quer ter um lugar pra viver bem, a gente tem que ter todo gênero, tem que ter mulher, tem que ter homem e tem que ter jovem. Porque os velhos vão morrer algum dia e quem que vai ficar no lugar? Então quanto mais se demorar em incentivar quem é novo, muito menos gente você vai ter na área rural. Aí, começamos a desenvolver atividades para todos os tipos de pessoas que moram na região. Criar grupos de produção em que as

mulheres também trabalham, como as quitandas, a fábrica de açúcar mascavo e rapadura e as hortas comunitárias. Envolver a juventude na Associação, criar grupos coletivos que a juventude esteja inserida. O jovem homem e a jovem mulher.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Conforme foi informado por Ricardo, há uma grande evasão da juventude rural, principalmente das mulheres. As mulheres cresciam e viviam na comunidade, enquanto eram dependentes da família e estavam estudando. Após concluírem o terceiro ano, geralmente iam para a cidade, pois não haviam ocupações para elas na área rural. Desta forma, nas palavras do Ricardo:

“Chegou um tempo que não tinha mulheres na área rural, tinha uma ou outra. Elas saiam primeiro, porque não tinha atividade e ainda não tem. Os homens também saiam, pois, se as jovens estavam saindo, iam fazer o que aqui? E saiam também. Aí ia embora todo mundo.

Agora, tendo uma atividade, as pessoas têm oportunidade. Não é que tenham uma solução, têm uma oportunidade para desenvolver. A pessoa poderá trabalhar para realizar alguma coisa. Não é que a gente vai dar alguma coisa pronta pra pessoa, a gente dá oportunidade de fazer uma venda com a universidade. Se você conseguir comercializar, se você conseguir ter a documentação, se você conseguir fazer isso, aí sim você consegue se manter. Tem que se desenvolver para acontecer as coisas. **Essa que é a situação da Associação, começamos a pensar isso também, diversificar a produção e pensar nas pessoas, dar oportunidade pra todo mundo trabalhar.**” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Como explicado por Ricardo, a Associação pensou em atividades que incluíssem os jovens e as mulheres. Agora falta, e segundo a percepção dele as pessoas estão começando a perceber, se criar atividades para as pessoas da terceira idade. Pois, depois de se aposentarem, os idosos não tem mais ocupações na área rural. Como foi falado por Ricardo:

“A gente teve uma percepção muito grande disso no Festival da Terra que a gente está fazendo, na participação da terceira idade. A vontade que eles têm de participar de alguma coisa. E aí, a gente tem que criar alguma coisa.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Outro tema que passou a se ter mais consciência e a ser discutido pela Associação, é o fato das crianças estarem sendo transportadas para estudar na cidade. De acordo com o Ricardo, em todas as comunidades que isso ocorreu o êxodo rural foi muito rápido. Em poucos anos, a metade dos moradores havia ido para a cidade. Ricardo informou que essa evasão ocorreu em todas as comunidades da região. Citando as suas palavras:

“O governo está incentivando as pessoas a estudar, a gente põe o pé lá e não volta mais. Perde a característica, não tem mais ligação com o campo e aí acabou. E o campo vai ficando esquecido.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Fica evidente que a organização social, que tem como núcleo a AAFAPRE, foi fundamental para o desenvolvimento da comunidade de Piedade de Santa Rita. Esta organização foi incentivada pelo acesso ao mercado institucional, através do PNAE e do PAA.

Dentre os benefícios sociais constatados, é provável que o mais importante seja a cooperação entre os membros da comunidade, que possibilitou a coordenação e o planejamento econômico, social e ambiental da localidade ao longo do tempo. A relevância da Associação, foi um assunto recorrente nas entrevistas, como no seguinte trecho:

“A criação da associação é muito importante na comunidade, por que? Porque as pessoas começaram a conversar e a perceber tudo isso. Se não tiver isso, cada um por sí, isso nunca iria acontecer. **Pensar na diversidade para se ter sucessão rural é fundamental.**” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Outra declaração importante foi feita pelo Carlos, atual presidente da AAFAPRE, quando questionado sobre as mudanças observadas na comunidade depois de passarem a comercializar alimentos no mercado institucional. Nas palavras dele:

“Deu uma melhoria. Deu pra unir mais o povo também. É importante trocar ideia com o pessoal, até pro dia a dia é bom. Você tem uma ideia, você colhe ideia e juntos a gente faz a força. Acho que é importante. O pessoal antigamente vivia muita

dificuldade, cada um era muito individual. Quando formou a associação o pessoal uniu. Foi criando ideias. Acho que motivou muito a comunidade.” (Transcrição de trecho citado por Carlos Flaviano Batista na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

A partir desta análise, pode ser constatado que o local de realização deste estudo, a comunidade de Piedade de Santa Rita, tem se desenvolvido de maneira significativa nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. A organização dos habitantes desta localidade através da Associação, desempenhou um importante papel nas transformações ocorridas. O êxito dessa Associação foi reforçado pelo acesso às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, em especial o PAA e o PNAE, além dos auxílios prestados pela EMATER de Ouro Preto, pela Secretaria de Agropecuária do município e, recentemente, pela UFOP.

5.2 - PAA E PNAE: Dificuldades, Sugestões e Conclusões

Neste último segmento da seção dos resultados, serão descritas as dificuldades enfrentadas em relação ao comércio institucional, além das observações e sugestões relatadas pelos agricultores familiares entrevistados. Também serão feitas conclusões, inferidas através das entrevistas com os agricultores e das pesquisas de campo realizadas.

Sobre os preços praticados no mercado institucional, há uma grande variação entre cada entidade compradora, tendo em vista que o processo ocorre através de chamada pública e cotação de preços, e não por licitação. Como explicado pelo agricultor Ricardo, essa forma permite priorizar a produção local, desde que cumpram os requisitos. Como não se trata de disputa pelo menor preço, esse formato possibilita que o recurso público que vem para a compra de gêneros alimentícios abranja os pequenos produtores familiares, e não somente os grandes produtores e os mercados convencionais. Assim, é possível promover o desenvolvimento das famílias agricultoras, além de retirar o atravessador da comercialização e, portanto, ter um menor custo de transação. A entidade compradora cria três cotações dentro do município, essas cotações são baseadas nos preços praticados por mercados, feiras e por outras associações e cooperativas. O preço final do produto é calculado a partir da média das três cotações. Portanto, o preço depende de quem fez e de quando fez a cotação. O

entrevistado Ricardo, quando questionado sobre a percepção dele dos preços praticados, deu a seguinte réplica:

“Eu acho que é justo, porque é cotação local. No começo o PAA era cotação via CEASA, então o preço caía. A gente está colocando o preço de produtos sem veneno, sem usar o adubo químico e tendo um custo maior em um valor do agronegócio e de quem consegue produzir em larga escala. Então era difícil, mas como a cotação é local, aí sim. Você concorre com o supermercado no caso.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

A maior dificuldade encontrada pelos agricultores familiares para fornecer os alimentos regularmente, foi a demora para o lançamento da chamada pública. Ainda há uma dificuldade na comunicação e comercialização entre os compradores e os produtores familiares. Citando como exemplo o caso da compra realizada pelo Restaurante Universitário (RU) da UFOP, o processo tem início com o levantamento dos alimentos em estoque, estimativa de consumo prevista para o ano e a elaboração do pedido anual, tarefas feitas pela administração do RU. Este pedido anual é encaminhado para a Coordenadoria de Suprimentos, que irá redigir a chamada pública com base no pedido. A chamada pública é encaminhada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) para aprovação, onde passa por análise para retornar como recusado, deferido ou deferido com ressalvas. Caso haja necessidade, a Coordenadoria de Suprimentos precisará corrigir as ressalvas e enviar novamente para análise na DOF. Após aprovada, a Chamada Pública é divulgada e os agricultores familiares podem fazer a proposta de vendas para participar da comercialização. Esse processo não leva em consideração o calendário agrícola, com os tempos de cultivo de cada espécie, a época adequada de plantio e colheita, os efeitos das estações, as frutas sazonais, tampouco é priorizado no pedido as culturas mais adaptadas às condições edafoclimáticas da região. Geralmente, a chamada pública demora para ser concretizada e os produtos precisam ser entregues em pouco tempo. Dentre as obrigações dos fornecedores, prevista na minuta de contrato (anexo IV da chamada pública), está a de entregar os alimentos em um prazo de 2 dias após a solicitação (UFOP, 2016). As solicitações são feitas semanalmente pelo RU, com base na demanda estimada, deixando a Associação com pouco tempo para reunir a produção dos diversos agricultores e organizar as entregas. Quando

questionado sobre a maior dificuldade para fornecer os alimentos regularmente, o associado Ricardo explicou:

“A indecisão na hora da compra e o processo da chamada pública. Enquanto ela não fica pronta, a gente não tem segurança pra plantar. Quanto que a gente precisa produzir? Quando que a gente precisa produzir? Porque até então, eles faziam a compra do mercado e o mercado, se eles falarem que vão comprar amanhã, já tem o produto lá. Ao contrário de como funciona quando é direto do produtor. Porque, por exemplo, se eles quiserem comprar 100kg de cenoura pra amanhã, eles vão ter só daqui a 90 dias. Então quer dizer, no mínimo, essa chamada pública teria que estar pronta três meses antes, para alguns produtos, dependendo do produto teria que ser mais. Eles fazem a chamada pública, demora-se um bom tempo, hoje está em média de uns 4 a 5 meses do processo de chamada pública. E quando ficar pronto, ele já fica assinado. E eles estão querendo que entregue na semana seguinte, então a maior dificuldade de cumprir é isso.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Outra dificuldade na comercialização apontada pelos entrevistados, foi a indecisão na hora da compra. A falta de comunicação e entendimento entre quem faz o cardápio e o pedido com quem produz os alimentos. Como foi explicado pelo agricultor Ricardo:

“As nutricionistas ou quem é responsável pela produção do alimento, vamos supor como exemplo, que hoje ele decidiu que quer produzir uma salada de vagem e coloca que vai fazer salada de vagem durante a semana toda. Aí chega na metade, ele decide que não quer mais vagem, que vai querer outro produto. Então, pra eles que estão comprando é tranquilo, mas pra quem está produzindo, que já foi plantado pra colher naquela semana toda, se cortou metade, vai perder metade daquela produção se não conseguir colocar em um outro mercado. O que deveria ser acertado é o seguinte, o que é um cronograma de plantio seria o cardápio real deles. **Então, o cardápio tem que estar alinhado com o cronograma de plantio.**” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Como foi relatado pelos agricultores, existem dificuldades no diálogo entre a entidade compradora e os agricultores familiares da AAFAPRE. Para citar um exemplo recente, em 2016, houve uma grande divergência entre o pedido estimado na chamada pública da UFOP,

no valor de R\$817.527,29 (UFOP, 2016), e o pedido realizado, no valor de R\$100.817,57 (dados fornecidos pela EMATER de Ouro Preto). Essa discrepância causou o desperdício de toneladas de alimentos, além de um grande prejuízo para os agricultores familiares da Associação. Nas palavras do associado Ricardo:

“Porque, se eu planto para um mercado, a gente já está dependendo dele. Se ele não compra, eu tenho que colocar em outro. Como que eu vou arrumar um mercado de um dia pro outro? O que tem que se alinhar é quem compra, quem faz o cardápio, com quem produz o alimento. Estas pessoas tem que estar envolvidas, tem que saber um do outro o que está acontecendo. E é o que não acontece. As nutricionistas querem o alimento, mas muitas vezes não sabem o processo de produção deles, não sabem o tempo que é utilizado pra produzir. **Acho que o maior gargalo na venda é a burocracia da chamada pública e o entendimento de quem faz o cardápio de como é feita essa produção.**” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Portanto, é necessário aproximar os agricultores familiares dos responsáveis pela compra das entidades. No sentido de facilitar o diálogo e o entendimento. Para que exista um planejamento mais eficiente, a chamada pública seja concluída em tempo hábil e o pedido seja o mais próximo possível da compra efetiva. Desta forma, deve-se buscar considerar na formulação do pedido de compras, o tempo de produção de cada espécie, as frutas sazonais, as culturas com maior adaptação às condições de clima e solo da região, além dos alimentos que já estão sendo produzidos ou que estão disponíveis para essa compra. É interessante estabelecer um calendário de entregas estimado para o período de duração da chamada pública, para facilitar o planejamento do calendário agrícola e da produção dos agricultores familiares. Além dessas diretrizes, também foi sugerido pelo associado Ricardo, que as instituições não se limitassem aos 30% da compra de alimentos e ampliassem o pedido proveniente da agricultura familiar. Também foi proposto pelos agricultores que fossem melhoradas as estradas que ligam Piedade e as demais localidades da região à sede do Município de Ouro Preto. Visando facilitar o transporte dos alimentos produzidos neste pólo agrícola. Como foi respondido pelo agricultor Ricardo, quando questionado sobre o que poderia melhorar no PAA e no PNAE:

“O aumento da compra, não se fixar em 30%. Hoje todos estão fazendo pra atingir os 30%, não tem tanto interesse de comprar mais, precisa aumentar essa compra. Precisa melhorar as vias de acesso, as estradas de terra. Diminuir as burocracias.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Considerando as análises e discussões realizadas nesta pesquisa, é possível concluir que as políticas públicas que incentivam o acesso ao mercado institucional para os agricultores familiares, PAA e PNAE, são de extrema importância para promover o desenvolvimento rural. Tendo forte influência na segurança alimentar da sociedade brasileira, na conservação da natureza e, portanto, na saúde coletiva. Foi evidenciado os efeitos positivos na geração de renda, na organização e cooperação social, na segurança nutricional, na saúde e na preservação ambiental para os agricultores familiares de Piedade de Santa Rita. Como evidenciado no trecho transcrito da entrevista com o agricultor familiar Ricardo, membro da AAFAPRE:

“Então, eu acho, disso tudo que a gente estava conversando. **A política pública do PNAE, do PAA e da agricultura familiar, ela foi a melhor política pública criada em qualquer canto do mundo, porque ela atinge automaticamente todas as pessoas.** Quem mora na área rural, quem produz, quem se alimenta que tá na cidade e vai comer comida melhor. As pessoas começam a se formar por si próprias, porque elas tem que ter relação com outros setores. E as pessoas mesmo se desenvolvem por conta própria. A questão da saúde nem se conta, na alimentação, parar de comer um tipo só de comida, se eu tenho muitas opções para produzir e para consumir. Eu acho que não tem política pública igual a essa. Se o governo quiser desenvolver qualquer país, qualquer lugar, precisa investir dessa forma. Não é só em empresa, porque se você investir só em empresa, você vai investir em escravizar pessoas, em ganhar dinheiro em cima do outro.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

O êxito da comunidade de Piedade de Santa Rita e da AAFAPRE, já está servindo de exemplo para as localidades próximas, auxiliando no desenvolvimento de comunidades rurais por todo o município de Ouro Preto. Apesar das dificuldades de acesso causadas, principalmente, por questões burocráticas e dos problemas de comunicação entre os agente

que participam desse mercado institucional, as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar foram essenciais nesse processo de desenvolvimento da região de Piedade. Tendo em vista que as dinâmicas e o desenvolvimento da agricultura familiar são influenciados pelas políticas públicas e pelas relações com o mercado, fica evidente que a efetivação do PAA e do PNAE em comunidades rurais como a de Piedade, têm incentivado o aperfeiçoamento da capacidade de gestão de associações, cooperativas e empreendimentos familiares. Pois, o PAA e o PNAE influenciam as práticas administrativas do agricultor familiar, que organiza a sua produção considerando o potencial destas políticas públicas ou, ao contrário, adaptando-se aos limites, deficiências ou ausências delas (Ferreira, 2013). Como relatado por Ricardo, as pessoas passam a se formar e desenvolver, incentivadas pelas interações e relações com os outros setores. Tendo em vista todos esses aspectos, esta pesquisa espera contribuir à divulgação da experiência de sucesso vivida em Piedade, evidenciando a importância das políticas públicas, em especial as de acesso ao mercado institucional, para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental na zona rural. Além de incentivar o debate, o aprimoramento e a continuidade das políticas públicas de fomento da agricultura familiar.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas entrevistas e conversas com os agricultores familiares, realizadas durante as pesquisas de campo, um tema frequentemente discutido foi o papel da educação no campo e os prejuízos sociais causados por um modelo de ensino utilizado nas escolas que não valorizam o rural. Esse modelo de ensino contribui com o êxodo rural, o abandono ou venda das terras do campo, principalmente pelos jovens, que geralmente vão para a cidade morar na periferia e se sujeitar a trabalhos mau remunerados, agravando os problemas decorrentes da expansão descontrolada das cidades, como a violência, a poluição, a proliferação de doenças e a marginalização, além de perpetuar o preconceito e a desvalorização do trabalhador rural. Como foi muito bem explicado pelo agricultor Ricardo:

“Mesmo tendo a escola na área rural, ela é uma escola rural mas com formação pra cidade, formação pra ser empregado. Todos os professores falam que você tem que estudar pra ter um bom emprego. Todas as escolas em todas as séries que eu passei

os professores falavam isso, que você tem que estudar pra ter um bom emprego. Não falava assim: você tem que estudar pra você ter informação pra você desenvolver o que você quer, não falava isso. Você precisa ter emprego, trabalhar na Gerdau, trabalhar na Vale. Pra você sair pra cidade e deixar a sua terra parada, porque a qualquer hora que eu precisar tirar minério dela eu tiro, já tá vazia.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Outro problema relativo à educação das pessoas, é a dificuldade de acesso às universidades e institutos federais, principalmente por parte dos moradores das zonas rurais. Como explicado por Ricardo, “nós possuímos os meios de educação dentro do município, onde as pessoas do próprio município geralmente não têm acesso, são poucas as que conseguem ingressar”. É uma demanda frequente por parte da juventude rural, que acaba se tornando um sonho distante, pois a necessidade de trabalhar, a distância, a educação pública de má qualidade, que não proporciona a preparação necessária para a juventude do meio rural conseguir superar as dificuldades de ingressar em uma universidade ou instituto federal, contribuindo para a marginalização da população rural. Além disso, os agricultores percebem a importância e a necessidade de uma formação de qualidade, pois o cultivo e processamento dos alimentos demandam conhecimentos de diversas áreas. Desta forma, é de grande importância facilitar o acesso a uma formação multidisciplinar para os agricultores, uma vez que essa solução proporcionaria benefícios para a sociedade como um todo. Porque, ao promover a formação dos agricultores, estes teriam maior capacidade para produzir alimentos de melhor qualidade, sem prejudicar os solos ou a natureza, preservando os serviços ambientais e, portanto, beneficiando a saúde coletiva. É importante ressaltar novamente que a AAFAPRE fornece mais de 70 toneladas de alimentos anualmente para 9 escolas estaduais, 52 escolas e creches municipais e para a UFOP, abrangendo milhares de estudantes, tendo um alcance estratégico para melhorar a qualidade nutricional do município e, também, uma grande responsabilidade. Além dos conhecimentos necessários durante a produção de alimentos, a agricultura depende de diversas outras áreas, como descrito por Ricardo: **“A agricultura familiar depende muito de organização social. Então precisa de uma formação nesse sentido também”**. Desta forma, a parceria entre a AAFAPRE e a UFOP é de grande relevância e potencial. Por isso, quando perguntado sobre qual era a opinião dele sobre essa parceria, o associado Ricardo contestou:

“É ótima, é se agregar tudo. Não vou pra cidade estudar, vou morar aqui na roça mesmo. A gente entrega toneladas de produtos na universidade, tem umas 4 mil pessoas que vão se alimentar diariamente, olha a responsabilidade que a gente tem sobre isso. A questão de saber como a planta se desenvolve, pra gente saber como que a gente deve plantar. Então quer dizer, a gente percebe que pra ser um agricultor, tem que ter muito mais estudos em todas as áreas, pra conseguir produzir um alimento de qualidade. E a gente tem em Ouro Preto uma universidade, tem um instituto federal, e aí não tinha essa ponte, essa ligação com o meio rural. Volto a dizer que era estudar pra ser empregado, na universidade também acontece isso, então não tinha esse contato com o meio rural. Qual a intenção de se fazer esse contato? De se vender pra universidade um produto, desenvolver economicamente uma comunidade, dar acesso a essa pessoas, que não tiveram a oportunidade de educar, que podem ter contato com a universidade, com as informações e formações que ela tem, e integrar uma coisa a outra. **É trazer formação para o meio rural, através da venda da agricultura familiar.** Por aí já traz a educação e a universidade tem quase todas as áreas que a agricultura depende. Então, a gente tem perto um local de informação que o agricultor não tem acesso, ou não tinha acesso. **A intenção da gente é fazer, não só uma relação de mercado, mas uma relação educacional, de integração.** Uma coisa estratégica que a gente criou é o Festival da Terra, com esse objetivo de fazer essa integração, trazer a UFOP, o IFMG, gente da cidade pra conhecer a nossa realidade. As futuras e atuais nutricionistas, fazer essa ligação pra todo mundo saber como todo mundo trabalha, e quais são as exigências de cada área.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Desta forma, os agricultores familiares estão utilizando do PAA para gerar renda, desenvolver a comunidade, fornecer um alimento de qualidade para milhares de estudantes e, também, para levar formação à região rural. Como foi muito bem explicado pelo agricultor Ricardo, a intenção vai além de uma relação de mercado, mas pretende promover uma integração entre os setores, transformando e multiplicando o potencial dessa política pública. Um instrumento criado para promover essa integração e essa troca foi o Festival da Terra. O evento fomenta a cooperação como forma de empoderamento das comunidades rurais e tem por objetivo trazer visibilidade para a região de Piedade, buscando resgatar e valorizar a cultura do campo. Além disso, o festival pretende promover a capacitação e a realização de atividades artísticas na zona rural, propiciando a troca entre os conhecimentos científicos e os

saberes tradicionais do campo. O agricultor Tobias, quando questionado sobre a sua opinião em relação ao Festival da Terra, respondeu:

“Eu tava participando da organização, achei bacana demais que todo mundo tava feliz, entendeu? Todo mundo, inclusive as pessoas mais velhas que estavam fazendo as oficinas, todo mundo rindo, se divertindo. Todo mundo largou o serviço pra ir pro Festival. Foi bacana pra caramba. Foi bom pra mostrar um pouco da comunidade também. Trazer mais coisas pra comunidade e a comunidade passar coisas daqui pra lá.” (Transcrição de trecho citado por Tobias Julião Martins na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

A cooperação da AAFAPRE com a UFOP já está sendo muito proveitosa para diversas pessoas, afetadas direta ou indiretamente, além de colaborar e acelerar o processo de desenvolvimento da região. Durante as pesquisas de campo, foi possível vivenciar a animação e o trabalho em equipe do grupo que cultivava alimentos nas hortas comunitárias de Piedade e Moreira utilizando técnicas agroecológicas. Este grupo é composto em sua maioria por jovens e a maior parte dos alimentos produzidos é destinado ao Restaurante Universitário. O agricultor Tobias é um desses jovens que coordena a horta agroecológica de Piedade e, quando perguntado sobre o que poderia ser feito para melhorar a parceria da UFOP com a Associação, contestou:

“Isso aqui precisava ser mais valorizado, porque não se vê muito no Brasil os jovens trabalhando juntos assim não. A universidade poderia ajudar trazendo mais cursos pra gente, ajudando a gente na produção e na comercialização.” (Transcrição de trecho citado por Tobias Julião Martins na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Quando foi feita a mesma pergunta ao Ricardo, foi relatado:

“Uma abertura maior na parte da educação. Do entendimento de que é possível fazer um desenvolvimento rural e de que a universidade tem essa capacidade, que essas pessoas formadoras poderiam fazer esse trabalho. Entender que fazendo isso, ele estaria gerando melhoria na área de educação, saúde e tudo mais na região rural. Enquanto isso, estaria comprando produtos saudáveis. Também creio que o campo

seria uma ótima fonte de pesquisa.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Como foi bem explicado pelo agricultor Ricardo, essa integração entre a UFOP e a AAFAPRE beneficiaria todas as partes diretamente, facilitando o acesso à formação e à informação às pessoas dessa região rural, ademais, poderia auxiliar na gestão, divulgação, logística, diversificação da produção, industrialização e beneficiamento dos produtos agrícolas, aumentando o valor agregado, e muitas outras possibilidades. Por outro lado, a AAFAPRE estaria fornecendo cada vez mais produtos e de melhor qualidade, além da região ser uma área de grande interesse e de inúmeras oportunidades de pesquisas, possibilitando a formação de um ciclo de cooperação, inovação e desenvolvimento, que também podem beneficiar muitas outras pessoas de maneira indireta. Existe uma juventude na região que tem interesse em receber uma formação, em estudar para poder permanecer na zona rural e propagar o conhecimento adquirido. Havendo diálogo e entendimento entre as partes, o potencial e as possibilidades são imensas. Como descrito pelo agricultor Ricardo:

“É importante entender o processo da agricultura familiar, a universidade entendendo encaminharia tudo. Tem que fazer uma formação dos jovens. Se a gente precisa saber o que a nutricionista da universidade considera pra fazer o cardápio e o pedido, a gente precisaria ter um agricultor formado em nutrição aqui na área rural também. Então, se tem jovens na área rural e eles querem fazer essa formação e querem viver na área rural, poderiam ter essa formação e trabalhar na propriedade deles. Facilitar o acesso. **Tem muitos jovens que querem isso, que não querem formar pra ser empregado, querem formar pra entenderem e poderem voltar na comunidade e passar essa formação pra outros.** Conscientizar as pessoas, por exemplo, da importância de não destruir as nascentes, porque a gente precisa de água pra viver e conseguir produzir. Então não adianta fazer isso dentro de sala de aula, precisa vir pra prática, pra onde acontecem as coisas, seria muito mais interessante.” (Transcrição de trecho citado por Ricardo César da Silva na entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2017).

Ao unir as pessoas, incluindo mulheres e homens de diferentes idades, ou seja, englobando a diversidade, trabalhando em conjunto para melhorar a vida dos moradores da comunidade, a AAFAPRE conseguiu desenvolver e transformar profundamente a região. Englobando os aspectos sociais, econômicos e ambientais, incentivando a juventude a

participar, a querer melhorar, aprender e compartilhar, acessando políticas públicas de fomento da agricultura familiar que contribuiu intensamente com esse processo de desenvolvimento local, conquistando importantes apoios como o da EMATER de Ouro Preto, da Secretaria de Agropecuária, da Prefeitura de Ouro Preto e da UFOP, gerando renda e qualidade de vida e, portanto, criando oportunidades e incentivando as pessoas a permanecer no campo. Além disso, tem promovido a sucessão rural, a cooperação, a preservação da natureza, resgatando, valorizando e perpetuando os saberes tradicionais e a cultura do campo. Além de beneficiar atualmente 9 escolas estaduais, 52 escolas e creches municipais e a UFOP, com mais de 70 toneladas de alimentos de qualidade por ano, contribuindo com a segurança alimentar, a saúde coletiva e o desenvolvimento do Município de Ouro Preto como um todo.

7 - REFERÊNCIAS

Almeida, M. A. B.; Gutierrez, G. L.; Marques, R. **Qualidade de Vida - Definição, Conceitos e Interfaces com Outras Áreas de Pesquisa**. Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, São Paulo, 2012.

Andrioli, A.I.. **Agricultura Familiar e sustentabilidade ambiental**. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/089/89andrioli.pdf>. Acesso em: 26 de Julho de 2017.

Anjos, F.S.; Godoy, W.I.; Caldas, N.V.; Gomes, M.C.. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul**. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, no 03, p. 529-548, jul/set 2004.

Araujo, A. M. S. **A Agricultura Familiar no Brasil e Suas Faces no Município de Alfredo Vasconcelos - MG**. Monografia de Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), 51p. Minas Gerais, 2012.

ASCOM; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Novembro, 2012.

Assis, R.L.; Romeiro, A.R.. **Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná**. RER, vol. 43, no 01, p. 155-177. Rio de Janeiro, jan/mar 2005.

Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região. **Estatuto**. AAFAPRE, Ouro Preto, 2009.

Barbieri, R.F.. **Outro lado da fronteira agrícola: breve história sobre a origem e declínio da agricultura autóctone no cerrado**. Ambiente & Sociedade, v. XIII, n. 2, p. 331-345. Campinas, SP, jul.-dez. 2010.

Cazella, A.A.; Capellesso, A.J.; Medeiros, M.; Tecchio, A.; Sencébé, Y.; Búrigo, F.L.. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social**. Política & Sociedade, Vol. 15, Edição Especial. Florianópolis, SC, 2016. p.49-79.

Projeto de Competências Digitais para a Agricultura Familiar (CoDAF). **A Importância da Agricultura Familiar**. UNESP, campus de Tupã, São Paulo. Disponível em <http://codaf.tupa.unesp.br/informacoes/a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 26 de Julho de 2017.

Costa, A.L.C.; Junior, P.C.G.A.; Silva, M.G.. **As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 53, No 01, p. 109-126, Jan/Mar 2015.

EMATER-MG. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**. Uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e a EMATER-MG, Minas Gerais, 2014. Disponível em <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>. Acesso em: 17/08/2017

Ferreira, L.A.. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar**. Brasília, Junho de 2013. Disponível em <https://www.ufpb.edu.br/proext/images/cartilha-estrategia-de-acesso-a-mercados-para-a-agricultura-familiar-fundacao-banco-do-brasil.pdf>. Acesso em: 13/09/2017.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Secretaria de Educação a Distância (SEED). **Módulo PNAE**. MEC, FNDE, SEED, 2.ed. Brasília, 2008.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar**. PNAE: Chamada Pública 01/2017.

Furtado, C.. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 32ª edição. São Paulo, 2005.

Grisa, C.; Schneider, S.. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146. Piracicaba, SP, 2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar - Primeiros Resultados**. ISSN 0103-6157. Censo agropec., Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

Lüdke, M.; André, M.E.D.A.. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

Mattei, L. **O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo**. Rev. Econ., v. 45, suplemento especial, p. 83-91. NE, Fortaleza, out./dez., 2014.

Marques, A.A.; Fernandes, M.G.M.; Leite, I.N.; Viana, R.T.; Gonçalves, M.C.R.; Carvalho, A.T. **Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará.** Saúde Soc., v.23, n.4. São Paulo, 2014. p.1329-1341.

Meirelles, D.; Calazans, M. **H2O para celulose x água para todas as línguas.** FASE, 2006. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/07/H2O-para-celulose-X-%C3%81gua-para-todas-as-l%C3%ADnguas-%E2%80%93-O-conflito-ambiental-no-entorno-da-Aracruz-Celulos-e-SA-%E2%80%93-Esp%C3%ADrito-Santo-FASE-2006.pdf>. Acesso em: 18/09/2017.

Melo, M.V.. **Estudo das condições para inserção do agricultor familiar no mercado: alternativa de sustentabilidade socioeconômica ambiental no município de Ouro Preto - MG.** (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental, UFOP, 2014. 79f.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Extrato de DAP Pessoa Jurídica.** Emissão: 18/07/2017. Chave do extrato: 18796093. Emitido em: 14/09/2017 às 21:50:03.

Paula, M.M.; Kamimura, Q.P.; Silva, J.L.G.. **Mercados institucionais na agricultura familiar: Dificuldades e desafios.** Revista de Política Agrícola, Ano XXIII, Nº 1, p.33-43. Jan./Fev./Mar. 2014.

Peres, R.S.; Santos, M.A.. **Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia.** INTERAÇÕES, VOL. X, nº 20, p.109-126. JUL-DEZ 2005.

Sabourin, E.. **Acesso aos mercados para a agricultura familiar> uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária.** Rev. Econ., v. 45, suplemento especial, p. 18-30. NE, Fortaleza, 2014.

Sabourin, E.. **Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura.** Estud.soc.agric., vol. 13, no. 2, p.161-189. Rio de Janeiro, 2005.

Santos, C.F.; Siqueira, E.S.; Araújo, I.T.; Maia, Z.M.G.. **A Agroecologia como Perspectiva de Sustentabilidade na Agricultura Familiar.** Ambiente & Sociedade, v. XVII, n. 2, p. 33-52. São Paulo, abr.-jun. 2014.

Santos, F.D.; Evangelista, A.L.. **Reflexões em torno do perfil dos empreendimentos da agricultura familiar de Minas Gerais e sua relação com as políticas de acesso a mercados.** V Congresso em Desenvolvimento Social. Estado, Meioambiente e Desenvolvimento, 9p. Junho/Julho de 2016.

Schneider, A.. **A Participação da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de São Lourenço do Sul.** Trabalho de conclusão do Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 39p, 2013.

Schneider, S.. **A Pluriatividade da Agricultura Familiar.** Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003. 254p.

Silva, M.H.; Oliveira, R.H.. **Avaliação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e alimentação escolar que referenciam o desenvolvimento local sustentável.**

2014. 14p. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/419.pdf>. Acesso em: 18/09/2017.

Silva, S.A.D.; Costa, M.H.B.C.; Guimarães, S.M.. **Políticas Públicas Voltadas para a Agricultura Familiar: Aspecto Conceituais.** Revista Acadêmica Conecta FASF, v.1, n.1 . Minas Gerais, 2016. Disponível em:

revista.fasf.edu.br/index.php/conecta/article/download/4/pdf. Acesso em: 26 de Julho de 2017.

Souza-Esquerdo, F.V.; Bergamasco, S.M.P.P.. **Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP).**

Revista de Economia e Sociologia Rural, v52, supl.1. Brasília, 2014.

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016.**

Processo Administrativo 23109.001298/2016-38, 2016. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/licitacao/paa/Chamada_publica_UFOP_01-2016.pdf

Acesso em: 23/09/2017.

Valladares, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.22, n.63, p.153-155. São Paulo, fev. 2017.

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de entrevista para os agricultores associados à Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFAPRE)



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DEECO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Projeto: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS EFEITOS DO PAA E DO PNAE NA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA RITA, MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

Data: ____ / ____ / ____

Dados do informante:

Nome: _____

Data nascimento: ____ / ____ / ____ **Idade:** ____ **Sexo:** () M () F

Telefone: (____) ____ - ____ **E-mail:** _____

Abreviaturas e siglas: PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar;

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

Perguntas relacionadas ao grupo familiar, propriedade e renda:

- 1. Quantas pessoas compõem o seu grupo familiar (vivem na propriedade) atualmente?**
- 2. A propriedade é própria ou de terceiros?**
 - 2.1. Qual o tamanho em hectares da sua propriedade?**
- 3. Qual o seu grau de escolaridade? E dos outros membros da família?**
 - 3.1. Quantos estudam atualmente?**

- 3.2. Onde estudam?**
- 4. Quantas pessoas do seu grupo familiar trabalham fora da propriedade?**
- 4.1. Trabalham com o que?**
- 4.2. Onde trabalham?**
- 5. Com relação a necessidade de se trabalhar fora da propriedade, você considera que houve mudanças depois de começarem a vender para o mercado institucional, através da associação?**
- 6. Quanto da renda familiar é recebido pela venda de produtos produzidos na propriedade se comparado com as outras fontes de renda (em porcentagem)?**
- 6.1. como foram as mudanças na renda familiar depois de começarem a vender para o mercado institucional através da associação?**
- 7. O que é produzido na sua propriedade?**
- 7.1. Quais são os produtos que você comercializa através do PNAE/Associação?**
- 7.2. Quantos por cento da produção é destinados à comercialização? Qual a estimativa em kg dos alimentos comercializados?**
- 7.3. Você comercializa produtos em outros mercados, além do mercado institucional (PNAE/PAA)?**
- 7.3.1. Quais mercados?**
- 7.3.2. Qual a porcentagem dos produtos destinados ao PNAE?**
- 7.4. Houve mudanças significativas no total produzido antes e depois das vendas para o mercado institucional através da associação?**
- 7.5. Quanto do consumo familiar de alimentos você estima que é produzido na propriedade? (porcentagem: $\frac{1}{4}$, metade, $\frac{3}{4}$...)**
- 7.6. Algum tipo de produção vegetal ou animal passou a ser desenvolvido após o início da comercialização para o mercado institucional através da associação?**
- 8. Quantas pessoas trabalham na produção?**
- 8.1. Quantas são empregadas/contratadas?**
- 9. Você tem acessado crédito do Pronaf para a produção?**
- 9.1. Você tem acessado outras linhas de crédito? (bancos comerciais)**
- 9.2. Você se importaria em falar como está a situação da dívida?**
- 10. Como você avalia a sua qualidade de vida e da sua família após o início das vendas para o mercado institucional, através da associação?**

- 11. Como você avalia a situação da sua comunidade após o início das vendas para o mercado institucional, através da associação?**

Perguntas relacionadas à Associação (AAFAPRE), ao mercado institucional (PNAE/PAA), à parceria com a UFOP e a questões ambientais:

- 1. Fale um pouco da sua história e da sua relação com a Associação de Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFAPRE)?**
- 2. O que você conhece a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?**
- 3. O que você conhece a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?**
- 4. Como são organizados e transportados os produtos para a associação?**
- 5. Como surgiu a idéia de vender para o PNAE? E para o PAA?**
- 6. Desde quando você fornece produtos para o PNAE? E para o PAA?**
- 7. Como é organizada a entrega dos produtos para o PNAE? E para o PAA?**
- 8. Quais são os produtos que você comercializa através do PAA/PNAE? Qual a média da quantidade (KG)?**
- 9. Como você avalia os preços praticados pelo PNAE? E pelo PAA?**
- 10. Quais as dificuldades e barreiras encontradas para fornecer regularmente os produtos?**
- 11. Na sua opinião, o que poderia melhorar no PNAE? E no PAA?**
- 12. Vocês contam com assistência técnica para a produção e a comercialização?**
- 13. Você já participou de algum curso ou capacitação através da AAFAPRE?**
- 14. O que você pensa a respeito da parceria da AAFAPRE com a Universidade Federal de Ouro Preto?**
 - 16.1. O que achou do 1º Festival da Terra?**
 - 16.2. O que você acha que poderia melhorar nessa parceria?**
- 15. Você já ouviu falar em agroecologia/agrofloresta/agricultura orgânica? O que pensa a respeito?**
- 16. Qual a importância que o solo tem pra você? O que faz para conservar o solo da sua propriedade?**

Anexo 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal de Ouro Preto –UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Departamento de Ciências Econômicas – DEECO



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS EFEITOS DO PAA E DO PNAE NA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA RITA, MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

Você está sendo convidado (a) a participar do estudo que tem como objetivo: analisar os efeitos socioeconômicos e ambientais do acesso ao mercado institucional, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para os agricultores associados à Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFAPRE), no município de Ouro Preto, MG.

Veja abaixo informações sobre o projeto, a forma de sua participação e responsabilidades do pesquisador e sua equipe em relação à você. Após a leitura deste documento, você deve ter sido esclarecido sobre seus direitos. Caso aceite participar deste estudo, por favor, assine no campo indicado abaixo. Uma cópia deste termo será entregue à você.

O que é este projeto?

Este é um projeto de monografia do graduando Lucas Mardones Gaião e orientado pela professora e doutora Marisa Alice Singulano Alves, que será apresentado ao DEECO da UFOP como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em ciências econômicas.

Neste projeto pretendemos comprovar a existência de retornos positivos aos agricultores familiares vinculados à AAFAPRE, causados pelo acesso ao mercado institucional através das políticas públicas PAA e PNAE, para tal serão analisados alguns dos efeitos socioeconômicos e ambientais ocorridos após o início das vendas. Essa análise será feita através de coleta de dados junto à AAFAPRE e à EMATER de Ouro Preto e por meio de entrevistas, utilizando roteiro semiestruturado, realizadas com os agricultores familiares que participam ativamente da associação, além disso, será feita uma revisão da literatura que aborda os temas agricultura familiar e políticas públicas que visam fortalecer a agricultura familiar.

Como será sua participação?

A colaboração para o desenvolvimento dessa pesquisa é totalmente voluntária.

A sua participação consistirá em responder às perguntas presentes no roteiro e outras que possam surgir durante a entrevista. Serão perguntas relacionadas ao seu grupo familiar, propriedade, renda, além da sua relação com a Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região e ao mercado institucional (através do PNAE e do PAA). As entrevistas serão gravadas em áudio, para posterior análise, transcrição e registro. É importante ressaltar que você pode escolher não responder a qualquer uma ou todas as perguntas realizadas durante a entrevista, podendo informar ao entrevistador, a qualquer momento, que não se sente à vontade em responder.

Quais os riscos e benefícios da sua participação neste projeto? Como será a divulgação da pesquisa?

Acreditamos que o risco de sua participação nesta pesquisa é mínimo, sendo que o principal pode ser o constrangimento. Se você se sentir constrangido, por favor, fique à vontade para informar ao entrevistador que não tem mais interesse em prosseguir com a entrevista ou contactar o pesquisador Lucas Mardones Gaião (lucasmgaião@gmail.com) ou a orientadora da pesquisa, Profa. Dra. Marisa Alice Singulano Alves (marisasingulano@gmail.com).

Os dados obtidos através das entrevistas serão analisados à luz do princípio ético de respeito à diferença e valorização da pluralidade cultural e histórica do povo brasileiro, bem como da base teórica abstraída da revisão de literatura sobre o tema.

É importante comunicar que serão coletadas informações que identificam os entrevistados para a realização da pesquisa. Os trechos das entrevistas que forem citados na monografia e/ou em artigos relacionados à pesquisa, serão creditadas às respectivas autorias (ou seja, será citado o nome do autor da fala transcrita). Essa medida visa dar maior confiabilidade as transcrições e permitir uma possível verificação por outros pesquisadores.

Nossa esperança é que esse projeto enfatize a necessidade e a eficiência das políticas públicas, PAA e PNAE, para o desenvolvimento rural e na melhora da qualidade de vida dos agricultores familiares que acessam os programas.

Os resultados serão apresentados à comunidade e demais interessados no 2º Festival da Terra de Piedade de Santa Rita, OP, MG, que acontecerá nos dias 9 a 14 de Outubro de 2017, além disso, ficará disponível uma cópia da monografia na Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região. A monografia também ficará disponível no Repositório Institucional da UFOP (RIUFOP).

Os resultados desta investigação também serão apresentados à banca examinadora do Departamento de Ciências Econômicas da UFOP e serão divulgados à comunidade acadêmica através de um artigo científico, além de possíveis apresentações em congressos ou eventos da área.

Quais são seus direitos, caso participe deste projeto?

Você pode escolher não responder a qualquer uma ou todas as perguntas realizadas durante a entrevista. Você pode também, a qualquer momento, desistir de participar desse estudo ou retirar o seu consentimento. Para tal, comunique ao entrevistador/pesquisador sua decisão e seus dados serão anulados.

É necessário que você esteja ciente e de acordo de que o seu nome e/ou instituição poderão constar na monografia e nos artigos científicos feitos a partir dessa pesquisa. Caso não esteja de acordo com a divulgação do seu nome, por favor, comunique ao pesquisador antes da entrevista. A participação nesta pesquisa não gerará nenhum custo financeiro para você e o coordenador se responsabiliza em arcar com os custos de indenização, caso eles ocorram, nos termos da legislação vigente.

Onde os dados deste projeto ficarão arquivados e por quanto tempo?

As entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Ficarão sob guarda e responsabilidade do pesquisador Lucas Mardones Gaião e da sua orientadora Profa. Dra. Marisa Alice Singulano Alves, por um período mínimo de cinco anos, conforme a Resolução CNS 510/2016 e orientações do CEP/UFOP. A monografia e demais materiais impressos ficarão arquivados em armário

trancado, no gabinete 404 do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFOP), localizado na Av. Catete, n. 66, bairro Centro - Mariana-MG.

Quem eu posso contactar, caso sinta necessidade?

O pesquisador é o graduando Lucas Mardones Gaião e a sua orientadora é a Profa. Dra. Marisa Alice Singulano Alves. O local de trabalho deles é no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFOP), localizado à Av. Catete, n. 66, bairro Centro - Mariana-MG. O telefone de contato é (31) 3558-2275 ou (31) 3557-3555 - ramal 244. Os e-mails de contato são: lucasmgaiao@gmail.com ou marisasingulano@gmail.com.

Para esclarecimentos de dúvidas éticas, o endereço para contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFOP) é Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, sala 29, CEP:35400-000, Ouro Preto – MG, Brasil, telefone: (31)3559-1368, e-mail: cep@propp.ufop.br .

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Confirmo que li e/ou ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa e compreendi qual é a finalidade desse estudo e qual será a minha participação. A explicação que recebi esclareceu os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará em nada. Sei que meu nome poderá ser divulgado. Eu concordo em participar do estudo.

Ouro Preto,/...../.....

Assinatura do voluntário

Anexo 3 - Folha de rosto do projeto de pesquisa.



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP


FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS


1. Projeto de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS EFEITOS DO PAA E DO PNAE NA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA RITA, MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: MARISA ALICE SINGULANO ALVES			
6. CPF: 061.098.496-93	7. Endereço (Rua, n.º): TRES CORACOES, Nº 300 CALAFATE 1301B BELO HORIZONTE MINAS GERAIS 30411293		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (31) 3557-3835	10. Outro Telefone:	11. Email: marisingulano@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>11</u> / <u>08</u> / <u>17</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Ouro Preto	13. CNPJ: 23.070.659/0001-10	14. Unidade/Órgão: <u>ICSA/DECSO</u>	
15. Telefone: (31) 3559-1367	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>ANDRÉ QUIROGA SANDI</u>	CPF: <u>766.672176-20</u>		
Cargo/Função: <u>CHEFE DO DEPARTAMENTO</u>	Prof. Dr. André Quiroga Sandi SIAPE 1 728 649 Chefe DECSO-UFOP Departamento de Ciências Sociais Jornalismo e Serviço Social		
Data: <u>17</u> / <u>08</u> / <u>2017</u>	 Assinatura		
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

Anexo 4 - Cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil, com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP (CEP/UFOP).

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS EFEITOS DO PAA E DO PNAE NA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA RITA, MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG
Pesquisador Responsável: MARISA ALICE SINGULANO ALVES
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 73932417.6.0000.5150
Submetido em: 18/08/2017
Instituição Proponente: Universidade Federal de Ouro Preto
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio







Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_981182

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
 - ↳ Pendência Documental (PO) - Versão 1
 - ↳ Currículo dos Assistentes
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submissã
 - ↳ Cronograma - Submissão 2
 - ↳ Declaração de Pesquisadores - Submis
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 2
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
 - ↳ Outros - Submissão 2
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigad
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - ↳ Apreciação 2 - Universidade Federal de Ou
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Situação ↕	Exclusiva do Centro Coord. ↕	Ações
PO	MARISA ALICE SINGULANO ALVES	1	18/08/2017	28/08/2017	Aprovado	Não	   

Anexo 5 - TCLE assinado pelo entrevistado Ricardo César da Silva.

Para esclarecimentos de dúvidas éticas, o endereço para contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFOP) é Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, sala 29, CEP 35400-000, Ouro Preto – MG, Brasil, telefone: (31)3559-1368, e-mail: cep@propp.ufop.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Confirmando que li e/ou ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa e compreendi qual é a finalidade desse estudo e qual será a minha participação. A explicação que recebi esclareceu os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará em nada. Sei que meu nome poderá ser divulgado. Eu concordo em participar do estudo.

Ouro Preto, 19 / 08 / 2017

Ricardo César da Silva

Assinatura do voluntário

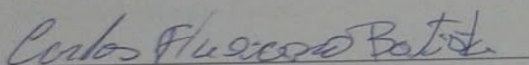
Anexo 6 - TCLE assinado pelo entrevistado Carlos Flaviano Batista.

Para esclarecimentos de dúvidas éticas, o endereço para contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFOP) é Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, sala 29, CEP:35400-000, Ouro Preto – MG, Brasil, telefone: (31)3559-1368, e-mail: cep@propp.ufop.br .

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Confirmando que li e/ou ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa e compreendi qual é a finalidade desse estudo e qual será a minha participação. A explicação que recebi esclareceu os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará em nada. Sei que meu nome poderá ser divulgado. Eu concordo em participar do estudo.

Ouro Preto, 19 de 08 de 2017



Assinatura do voluntário

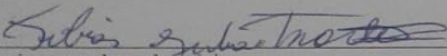
Anexo 7 - TCLE assinado pelo entrevistado Tobias Julião Martins.

Para esclarecimentos de dúvidas éticas, o endereço para contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFOP) é Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, sala 29, CEP:35400-000, Ouro Preto – MG, Brasil, telefone: (31)3559-1368, e-mail: cep@propp.ufop.br .

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Confirmando que li e/ou ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa e compreendi qual é a finalidade desse estudo e qual será a minha participação. A explicação que recebi esclareceu os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará em nada. Sei que meu nome poderá ser divulgado. Eu concordo em participar do estudo.

Ouro Preto,19...../.....08...../2017.....


Assinatura do voluntário